

## ATA N.º 45/2012

### Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 16 horas e 32 minutos

Encerramento: 18 horas e 16 minutos

No dia vinte e nove do mês de outubro de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas dezasseis horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha  
José António Salvador Rodrigues da Avó  
Carlos António Pinto Coutinho  
Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos  
Maria Gabriela Gambóias dos Santos  
Miguel António Duarte Cardia

Pelo senhor presidente foi declarada aberta a reunião, às dezasseis horas e trinta e dois minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	<b>Câmara Municipal Presidência/Vereação</b>		
	<b>Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores</b>		
2	Aprovação da ata da reunião anterior		
	<b>Departamento Municipal Administrativo e Financeiro</b>		
	<b>Apoio Jurídico</b>		
	Exercício da atividade de guarda-noturno no Município de Benavente		
		Registo de entrada n.º 14622, de 24-10-2012	Kennedy Santos Ricardo Clemente
	<b>Gestão e Controle do Plano e Orçamento</b>		

3	Bases para elaboração do Orçamento para 2013		
	<b>Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento</b>		
4	Prestação de Serviços - Contrato de ligação das centrais de incêndio/intrusão, em vários edifícios do Município – firma Segurança 24, Lda.	Informação D.M.A.F. N.º 0255/2012	
	<b>Subunidade Orgânica de Contabilidade</b>		
5	Resumo Diário de Tesouraria		
6	Processamento de vencimentos, salários, prestações complementares, abonos ou subsídios ao pessoal ao serviço da Autarquia – Vencimentos do mês de outubro		
	<b>Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças</b>		
7	Licenciamento de recintos itinerantes e improvisados / Despacho a ratificação	Inf. DMAF n.º 254/2012, de 22.10	
	<b>Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos</b>		
	<b>Subunidade Orgânica de Património</b>		
8	Exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Benavente no âmbito do n.º 3 do artigo 20 do Decreto-Lei n.º 794/76, de 05/11, sobre o direito de preferência em 1.º grau que goza na alienação do direito de utilização do terreno, constituído através de direito de superfície		Union de Créditos Inmobiliários, S.A Establecimiento Financiero de Credito
	<b>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</b>		
	<b>Apoio Administrativo às Obras Municipais</b>		

9	Empreitada de: "Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste num troço da Estrada Real, Porto Alto – Samora Correia" - Receção Definitiva / Extinção de caução e reforço de caução	4.1.1/03-2007	CALCETAL 2 – Sociedade de Construções, Lda.
10	Empreitada de: "Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste no estacionamento do Pavilhão Desportivo da Barrosa" - Receção Definitiva / Extinção de caução e reforço de caução	4.1.1/07-2007	CALCETAL 2 – Sociedade de Construções, Lda.
11	Empreitada de: "Remodelação da cobertura dos anexos do Pavilhão Gimnodesportivo de Benavente" - Receção Definitiva / Cancelamento de garantia bancária e restituição de quantia retida - Retificação da Informação DMOMASUT n.º 192/2012, de 27 de setembro	4.1.2/19-2008	PAULO & FILHOS, SA
12	Empreitada de: "Centro Sociocultural dos Foros da Charneca -Substituição de teto falso" - Receção Definitiva / Extinção de caução e reforço de caução	4.1.2/04-2009	CASTELHANO & FERREIRA
13	Empreitada de: "Execução de aqueduto e manilhamento da vala do Beco da Carregueira, em Samora Correia" - Liberação de 90% da caução prestada / termo do 4.º ano do prazo de garantia	4.1.4/05-2008	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
14	Empreitada de: "Remodelação das infraestruturas do Bairro Municipal, em Benavente" - Liberação de 90% da Caução prestada / termo do 4.º ano do prazo de garantia	4.1.4/04-2008	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
15	Empreitada de: "Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste em arruamentos da Freguesia de Benavente – 2.ª Fase" - Liberação de 60% da caução prestada / termo do 2.º ano do prazo de garantia	4.1.1/08-2009	Consórcio GEOMOV, LDA / ESTRELA DO NORTE, LDA
16	Empreitada de: "Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste em arruamentos da Freguesia de Benavente – 3.ª Fase"	4.1.1/11-2009	GEOMOV – Construção e Movimento de Terras, LDA

	- Liberação de 60% da caução prestada / termo do 2.º ano do prazo de garantia		
	<b>Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento</b>		
	<b>Subunidade Orgânica de Obras Particulares</b>		
17	Licenciamento da edificação	225/2007	Mário Cardoso dos Santos
18	Aprovação de arquitetura – A conhecimento	756/2012	Carla Sofia Pereira Abrantes Mendes
19	“ “	866/2012	Maria Isabel Mendes do Rosário e Silva e outra
20	Deliberação final – A conhecimento	286/2010	Mara Lúcia Fernandes Panóias
21	Informação prévia – A conhecimento	705/2012	Karen Simpson
22	Licenciamento de operação de loteamento	1031/2011	Delta - Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaia, Lda.
23	“ “	486/2012	Mário Pedro Silva Costa e Mário Pereira Costa
24	“ “	534/2012	Maria de Fátima Saraiva de Lemos Henriques
25	Averbamento de processo	91/2007	Houselink - Promoção Imobiliária, S.A. / Averbamento do Diretor Técnico e Empreiteiro
26	Pedido de regularização da exploração de pedreira	970/2008	Ministério da Economia e da Inovação - Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT)
	<b>Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo</b>		
	<b>Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa</b>		
27	Pedido de cedência de material para espetáculo solidário		Grupo Solidário de apoio ao forçado Nuno Carvalho
	<b>Ação Cultural</b>		

28	Proposta de programação cultural – novembro 2012  <b>Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude</b>  <b>Intervenção Social e Saúde</b>	Inf. DMCET n.º 096/2012, de 24 novembro	
29	Pedido de prorrogação de refeições ao abrigo do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente	Informação Social n.º 175/2012	
30	Prorrogação de cedência de refeições ao abrigo do Protocolo com o Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias	Informação Social n.º 177/2012	
31	<b>Período destinado às intervenções dos membros da Câmara</b>		
32	<b>Aprovação de deliberações em minuta</b>		

#### RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	<b>Câmara Municipal</b> <b>Presidência/Vereação</b>  <b>Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores</b>		
1	Pedido de autorização para realização de exposição de aves ornamentais no Centro Social do Porto Alto  <b>Departamento Municipal Administrativo e Financeiro</b>  <b>Apoio Administrativo</b>		Clube Ornitológico de Samora Correia
2	Empreitada de: “Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia” - Minuta do contrato  <b>Apoio Jurídico</b>		
3	Processo de Inquérito n.º 03/2012 - Notificação do início da instrução		

	<b>Informática</b>		
4	Declaração de atualização Microsoft Enterprise Agreement		
	<b>Gestão e Controle do Plano e Orçamento</b>		
5	6.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012		
	<b>Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes</b>		
	<b>Apoio Administrativo às Obras Municipais</b>		
6	Empreitada de: “Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia” - Prorrogação do prazo para apresentação de documentos	4.1.2/02-2011	
	<b>Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo</b>		
	<b>Educação</b>		
7	Proposta de protocolo de colaboração relativo à componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico no Centro Escolar de Benavente		
	<b>Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude</b>		
	<b>Intervenção Social e Saúde</b>		
8	Prorrogação de cedência de refeições ao abrigo do Protocolo celebrado com Santa Casa da Misericórdia de Benavente	Informação Social n.º 176/2012	
9	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. social n.º 179/2012	
10	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 180/2012	
11	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 183/2012	

Secretariou o diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, coordenadora técnica.

## **01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação**

### **01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores**

**Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

### **RETIFICAÇÕES:**

#### **Proposta de alteração:**

O senhor vereador Carlos Coutinho propôs que a páginas 46, onde se lê *“questões que se prendem com os compromissos”* passe a ler-se: *“questões que se prendem com as dificuldades impostas pela Lei dos Compromissos”*.

A proposta de retificação mereceu concordância unânime.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade, com aquela retificação.

### **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

#### **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO DE AVES ORNAMENTAIS NO CENTRO SOCIAL DO PORTO ALTO**

Relativamente ao objeto de deliberações dos Órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

- **A regra** é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia distribuída a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

- **A exceção**, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 29 de outubro de 2012

O Presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

**Ponto Extra 1 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO DE AVES ORNAMENTAIS NO CENTRO SOCIAL DO PORTO ALTO**

**Informação n.º 34/2012**

De: Gabinete Veterinário Municipal

Requerente: Clube Ornitológico de Samora Correia

Para dar seguimento ao pedido de autorização para realização de exposição de aves ornamentais, deverá ser enviado à DRARO um relatório de avaliação de risco que se anexa.

Deverá também ser enviado um parecer favorável por parte da Câmara Municipal, quanto à realização da exposição.

Deverá ainda ser dado conhecimento ao requerente, das suas responsabilidades, caso seja autorizada pela DRARO a realização do evento.

À consideração superior.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade emitir parecer favorável à realização da exposição de aves ornamentais.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

**02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro**

**02.01.01- Apoio Administrativo**

**INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

**EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS – SAMORA CORREIA**

**MINUTA DO CONTRATO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.



A Exceção consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes, por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 29 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

**Ponto Extra 2 - EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS – SAMORA CORREIA  
MINUTA DO CONTRATO**

Processo: 4.1.2/02-2011

Adjudicatário: SECAL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA

**Informação N.º 11/12 – DMAF – 2012.10.29**

**-1-** Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada em 2012/08/27, ao abrigo do art. 76.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29/01, foi adjudicada a empreitada em epígrafe à firma **SECAL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA** pelo valor global de **729.982,20 euros** (setecentos e vinte e nove mil, novecentos e oitenta e dois euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**-2-** De acordo com o n.º 1 do art. 94.º do CCP, os contratos devem ser reduzidos a escrito, salvo nos casos previstos no art. 95.º, sendo as respetivas minutas aprovadas pela entidade competente para a decisão de contratar, segundo o n.º 1 do art. 98.º do mesmo Código.

**-3-** Assim, nos termos conjugados do art. 98.º, n.º 1 do CCP e do art. 18.º, n.º 1, al. a), do DL n.º 197/99, de 08/06, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a minuta do contrato a celebrar com a empresa para a realização da empreitada mencionada em epígrafe.

**EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS – SAMORA CORREIA**

VALOR: 729.982,20 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Entre

ANTÓNIO JOSÉ GANHÃO, casado, natural da freguesia e Município de Benavente, onde reside, presidente da Câmara Municipal de Benavente, e em representação do Município, entidade equiparada a pessoa coletiva titular do cartão de identificação número 506 676 056, em nome do qual outorga, no uso dos poderes que lhe são

conferidos pela alínea f) do n.º 2 do art. 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, Primeiro Outorgante,

e

(...), com os necessários poderes para obrigar a sociedade anónima denominada SECAL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA com sede em Lisboa, na Avenida Marquês de Pombal, número trezentos e oitenta dois, primeiro esquerdo, em Alcanena, com o capital social de setecentos mil euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Alcanena sob o número 501 982 248, o que verifiquei pela Certidão Permanente subscrita em (...) e válida até (...), Segundo Outorgante.

Tendo em conta:

- a) A decisão de adjudicação tomada por deliberação da Câmara Municipal em 2012/08/27, relativa à Empreitada de Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia;
  - b) O subsequente ato de aprovação da minuta do contrato, por deliberação da Câmara Municipal em (...);
  - c) A caução prestada pelo Segundo Outorgante mediante garantia bancária prestada em vinte e dois de outubro de dois mil e doze, pelo Crédito Agrícola Caixa de Porto de Mós com o n.º 72006178174, no valor de 72.998,22 € (setenta e dois mil, novecentos e noventa e oito euros e vinte e dois cêntimos);
- e

Considerando que:

- a) A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental:
  - classificação económica: 07 01 03 05 02;
  - GOP: 01.002.2008/27.2.2
  - cabimento: número sequencial 0089;
  - compromisso: número sequencial 45420;

É celebrado o presente contrato, nos termos das seguintes cláusulas:

#### **PRIMEIRA**

**OBJECTO DO CONTRATO:** O Segundo Outorgante obriga-se a executar para o Primeiro Outorgante, a Empreitada de Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia, de acordo com a proposta datada de vinte e seis de fevereiro de dois mil e doze.

#### **SEGUNDA**

**PREÇO CONTRATUAL:** Pela aquisição de serviços prevista na cláusula anterior, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de **729.982,20 euros** (setecentos e vinte e nove mil, novecentos e oitenta e dois euros e vinte cêntimos), ao qual acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor.

#### **TERCEIRA**

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O Segundo Outorgante obriga-se à execução da empreitada no prazo de **300** (trezentos) dias.

#### **QUARTA**

## **PRAZO DE GARANTIA DA OBRA:**

1 – O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
- b) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
- c) Dois anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis;  
Se o empreiteiro beneficiou de prazo de garantia para equipamentos superior ao previsto nesta alínea face aos terceiros a quem os tenha adquirido, será esse o prazo de garantia a que fica vinculado.
- d) Um ano para plantações e sementeiras;

2 – Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.

3 – Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

## **QUINTA**

**DOCUMENTOS DO CONTRATO:** Nos termos e para os efeitos do CCP, fazem parte integrante do presente contrato todos os documentos previstos no n.º 2 do art. 96.º daquele diploma legal.

## **SEXTA**

**FÓRMULA DE REVISÃO DE PREÇOS:** Para efeitos da disposição do Caderno de Encargos, os preços unitários serão revisáveis de acordo com a seguinte fórmula:

$$C_t = 0,43S_T/S_0 + 0,03M_{03}/M_0 + 0,03M_{06}/M_0 + 0,03M_{09}/M_0 + 0,02M_{10}/M_0 + 0,02M_{18}/M_0 + 0,05M_{20}/M_0 + 0,01M_{23}/M_0 + 0,05M_{24}/M_0 + 0,01M_{25}/M_0 + 0,01M_{26}/M_0 + 0,01M_{29}/M_0 + 0,02M_{32}/M_0 + 0,04M_{40}/M_0 + 0,02M_{42}/M_0 + 0,04M_{43}/M_0 + 0,01M_{45}/M_0 + 0,05M_{46}/M_0 + 0,02ET/E_0 + 0,10;$$

em que:

$S^T$  – é o índice ponderado dos salários relativo ao período a que respeita a revisão;

$S^0$  – é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior em que teve lugar a abertura das propostas;

**ET, M03, M06, M09, M10, M18, M20, M23, M24, M25, M26, M29, M32, M40, M42, M43, M45 e M46** – são, respetivamente, os índices ponderados dos salários, equipamento de apoio, inertes, ladrilhos e cantarias de granito, produtos cerâmicos vermelhos, azulejos e mosaicos, betumes a granel, cimento em saco, vidro, madeiras de pinho, madeiras especiais ou exóticas, derivados de madeira, tintas para construção civil, tubo de PVC, caixilharia em alumínio termolacado, tubagem de aço e aparelhos para canalizações, aço para betão armado, perfilados pesados e ligeiros e produtos para instalações elétricas, relativos ao período a que respeita a revisão;

**E0, M03, M06, M09, M10, M18, M20, M23, M24, M25, M26, M29, M32, M40, M42, M43, M45, e M46** – são os mesmos índices, mas relativos ao mês anterior em que teve lugar a abertura das propostas.

À consideração superior.

Benavente, 29 de outubro de 2012.

O diretor do DMAF, Hermínio Nunes da Fonseca

Parecer	Despacho
	À Reunião. Ponto Extra 2012/10/29 <b>O presidente da Câmara Municipal</b>

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta do contrato e autorizar o senhor presidente da Câmara Municipal a outorgar no mesmo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **02.01.03- Apoio Jurídico**

#### **Ponto 2 – EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO NO MUNICÍPIO DE BENAVENTE**

Tomado presencial e pessoalmente conhecimento, ante a jurista municipal, Ana Carla Gonçalves, do teor da deliberação da Câmara Municipal, de 08-10-2012, esclarecem os interessados, através do nosso registo de entrada n.º 14622, de 24-10-2012, que:

“ (...)

*O projeto apresentado “Projeto de Introdução de Guardas-Noturnos no Município” tem como objetivo principal a segurança dos nossos munícipes e dos seus respetivos bens.*

*Temos como objetivo principal abranger as localidades: Samora Correia, Porto Alto e Benavente incluindo a Barrosa. E sem prejuízo do projeto inicial, coloca-se à consideração da Câmara Municipal, como áreas de atuação as zonas urbanas de Santo Estêvão.*

*A concretização de serviço implica a angariação de clientes, o que só é permitido legalmente, após a obtenção das licenças individuais.*

*A descrição das respetivas ruas ou avenidas serão atualizadas conforme a angariação de clientes.*

*Agradecemos a melhor atenção e decisão célere por parte da Câmara Municipal, dado o projeto constituir via para suprir a atual situação de desemprego.*

*Com os melhores cumprimentos,*

*Kennedy Santos  
Ricardo Clemente”*

**DESPACHO:** *Juntar antecedentes. À reunião.*

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE considerou que a resposta dos interessados é lata, não podendo duas pessoas proporem-se ser guardas-noturnos, porquanto estes são guardas de proximidade que têm que proteger a casa do cliente, a qual pode situar-se numa rua, num determinado bairro ou num

conjunto de bairros, pelo que acha não haver condições para a Câmara Municipal poder tomar uma decisão relativamente à matéria.

Crê ser preferível a Câmara Municipal definir uma área de atuação em conjunto com os interessados, na qual tenham probabilidade de angariar os clientes suficientes para garantirem o seu trabalho com a rentabilidade desejada.

Propôs que seja colhida a opinião da GNR, enquanto autoridade de segurança, relativamente às situações mais problemáticas e que ofereçam maior sentimento de insegurança, solicitando a disponibilidade de um dos elementos do Executivo para o efeito.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA manifestou-se disponível para reunir com a GNR e tentar encontrar com os interessados o melhor caminho para ajudar a Câmara Municipal a tomar uma decisão.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 03/2012 – NOTIFICAÇÃO DO INÍCIO DA INSTRUÇÃO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes, por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 26 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

### **Ponto Extra 3 - PROCESSO DE INQUÉRITO N.º 03/2012 - NOTIFICAÇÃO DO INÍCIO DA INSTRUÇÃO**

*“Nos termos e em cumprimento do preconizado no n.º 3 do art. 39.º, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do art. 27.º, todos da Lei n.º 58/2008, de 09 de setembro – Estatuto*

*Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas –, informo V. Exa. que hoje, 25.10.2012, autuei e, hoje, dei início à instrução do processo de inquérito n.º 03/2012, para o qual fui nomeada inquiridora, tudo nos termos das deliberações tomadas pela Câmara Municipal de Benavente, nas suas reuniões ordinárias realizadas em 08.10.2012 e de 15.10.2012.*

*Mais, informo que, nos termos e para os efeitos das já citadas normas legais, a presente comunicação deve ser levada ao conhecimento dos demais eleitos locais da Câmara Municipal, na sua próxima reunião ordinária.*

*Com os melhores cumprimentos.*

*A inquiridora, Ana Carla Ferreira Gonçalves”*

Despacho exarado pelo senhor presidente da Câmara Municipal, em 26-10-2012:  
“Dar conhecimento aos vereadores próxima reunião extra-agenda”

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

## **02.01.04- Informática**

### **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

#### **DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO MICROSOFT ENTERPRISE AGREEMENT**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes, por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 26 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

#### **Ponto Extra 4 - DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO MICROSOFT ENTERPRISE AGREEMENT**

No âmbito do contrato de software Microsoft Enterprise Agreement, cabe à Câmara Municipal de Benavente, no aniversário da anuidade, confirmar ao intermediário Microsoft que mantemos, no nosso parque informático, a inexistência de utilizações de licenças adicionais ao contratado.

Cabe ao setor de informática informar que não estamos a usar mais licenças do que o contratado e sugerir ao senhor presidente que assine a declaração de atualização em anexo à informação, relatando assim ao intermediário Microsoft que estamos com o licenciamento em ordem.

Também, apesar do contrato ser de três anos, é necessário proceder em cada ano, à indicação por escrito que pretendemos encomendar a anuidade seguinte bastando um *email* a registar esta necessidade.

26/10/12

O coordenador, João Miguel Mateus de Almeida

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e autorizou o senhor presidente a confirmar a anuidade seguinte.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

#### **02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento**

##### **Ponto 3 – BASES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 2013**

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE observou que o documento de trabalho hoje disponibilizado aos senhores vereadores contempla o cálculo das receitas de acordo com as médias dos últimos vinte e quatro meses, as transferências previstas por parte das diversas entidades e os valores das rendas, entre outros elementos, o que resulta numa Receita prevista de doze milhões, oitocentos e quarenta mil, trezentos e sessenta e oito euros.

Deu nota que na Despesa foram feitos os cálculos relativamente à rubrica de despesas com pessoal, preocupação fundamental, de acordo com as boas regras de gestão e contenção, obtendo-se a soma de dez milhões, quatrocentos e dezanove mil, seiscentos e trinta e cinco euros.

Referiu que o Orçamento ainda não tem investimento, sendo necessário analisar ainda o investimento possível e onde é que se vão obter as verbas.

Informou que no decurso do dia abriu um concurso para mais vinte milhões de euros no seio do INALENTEJO, assunto que tem que estudar com os senhores vereadores Carlos Coutinho e Manuel dos Santos para, de acordo com o mérito que a Câmara Municipal tem, a maturidade que poderão ter os projetos da Autarquia e a vantagem de um bom grau de execução, saber da possibilidade de haver condições para poder avançar com algum projeto no âmbito da reabilitação urbana ou na área da rede viária municipal.

No que se refere às Grandes Opções do Plano, disse que não tendo havido decréscimo das receitas provenientes do Orçamento de Estado, considerou que a Câmara Municipal tudo deveria fazer para manter os apoios aos seus parceiros, nomeadamente as coletividades e associações, sob pena de ver definharem o papel destas na vida coletiva, face às dificuldades que enfrentam e que derivam de não terem receitas que possam ser provenientes de outras atividades.

## **Ponto Extra 5 – 6.<sup>a</sup> ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2012**

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DR. HERMÍNIO NUNES DA FONSECA, explicou os documentos, por cada rubrica, no que se refere a diminuições e reforços.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção da senhora vereadora Ana Casquinha, aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal relativa à VI Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que, depois de rubricada e por fotocópia, fica apensa à presente ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **02.01.09- Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento**

#### **Ponto 4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATO DE LIGAÇÃO DAS CENTRAIS DE INCÊNDIO/INTRUSÃO, EM VÁRIOS EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO – FIRMA SEGURANÇA 24, LDA.**

##### **Informação D.M.A.F. n.º 0255/2012**

Na sequência da Requisição Interna n.º 82147, datada de 09.08.2012, cumpre colocar à consideração superior o seguinte:

A Requisição Interna acima referida foi emitida tendo em vista a contratação de uma prestação de serviços de ligação das centrais de incêndio/intrusão de 23 edifícios do Município. Segundo estimativa, calcula-se que a execução do serviço em causa se irá cifrar num custo único e global de 4.530,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A prestação de serviços será completamente executada no decurso do ano corrente e tendo em conta o valor estimado poder-se-á, salvo melhor entendimento, recorrer ao procedimento de ajuste direto no regime simplificado previsto no n.º 1 do art. 128.º do CCP vigente, que afirma que no caso de se tratar de um ajuste direto para a formação de um contrato de locação de bens móveis ou de aquisições de serviços cujo preço contratual não seja de superior a 5.000,00 €, a adjudicação pode ser feita por órgão competente para a decisão de contratar, neste caso o senhor presidente da Câmara Municipal, diretamente sobre uma fatura ou um documento apresentado pela entidade convidada.

No entanto, tendo em conta que a despesa objeto do presente se trata de uma prestação de serviços, o senhor presidente não deverá tomar decisão, sem antes submeter a mesma, nos termos do que dispõe os n.ºs 1,4 e 8 do art. 26.º da Lei 64-B/2011, (Orçamento de Estado), de 30 de dezembro, conjugado com o art. 19.º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro, a parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal.

Com efeito, refere aquele articulado e preceito legal que relativamente a contratos de prestação de serviços a celebrar ou a renovar no ano corrente, deve existir parecer prévio do referido órgão executivo observando-se o seguinte:

- a) Que nos termos do n.º 4 do art. 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e



3B/2010, de 28 de abril, a prestação de serviços a realizar apenas pode ter lugar quando cumulativamente:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
  - Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
  - A entidade a contratar comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- b) A existência de declaração de cabimento orçamental conforme se anexa à presente;
- c) Tratar-se o Município de Benavente, de umas das entidades referidas no n.º 1 do art. 26.º da Lei 64-B/2011 (Orçamento de Estado), de 30 de dezembro.

Em conclusão, caso se considere e autorize a realização da despesa, bem como o recurso ao atrás referido “ajuste direto simplificado”, este serviço procederá à formalização da requisição necessária para a prestação do serviço objeto da presente informação.

À consideração superior.

Benavente, 24 de outubro de 2012.

António Paulo Reis, coordenador técnico

O diretor de Departamento	O presidente
Concordo	À reunião
24/10/2012	24/10/2012

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos do disposto no número quatro do artigo vigésimo sexto da Lei n.º 64-B/2011 (Orçamento de Estado), de trinta de dezembro, emitir parecer favorável à realização da despesa.

## 02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade

### Ponto 5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Presente o documento em epígrafe, com o número duzentos e sete, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: cinco mil, trezentos e trinta e sete euros e oitenta e três cêntimos, sendo cinco mil, duzentos e noventa euros e cinquenta e oito cêntimos em dinheiro e quarenta e sete euros e vinte e cinco cêntimos em cheques.

Depositado à ordem:

**C.G.D – Benavente**

Conta - 00350156000009843092 – quinhentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e quatro euros e setenta cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000280563011 – cento e oito mil, trezentos e setenta e dois euros e trinta e sete cêntimos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000061843046 – trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e trinta e seis centavos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560001470473069 – duzentos e nove mil, trezentos e setenta e um euros;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560001496353057 – sete mil, oitenta e quatro euros e vinte e nove centavos;

**C.G.D – BNU**

Conta – 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três centavos;

**C.G.D – Benavente**

Conta - 003501560000016785430 – mil, setecentos e seis euros e setenta e um centavos;

**C.G.D – Benavente**

Conta – 003501560000016788930 – sete mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e sessenta e cinco centavos;

**C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016784630 – setecentos e catorze euros e cinquenta e nove centavos;

**C.G.D - Benavente**

Conta – 003501560000016789730 – nove mil, oitocentos e trinta e dois euros e noventa e três centavos;

**B.C.P. – Benavente**

Conta - 003300000005820087405 – dez mil, quinhentos e nove euros e quinze centavos;

**BNC – Samora Correia**

Conta - 004602561087080018636 – dois mil, trezentos e vinte e um euros e setenta e nove centavos;

**CCAM – Samora Correia**

Conta - 004552804003737040413 – sete mil, setecentos e quarenta e seis euros e oitenta e dois centavos;

**CCAM – Santo Estêvão**

Conta - 004552814003724462602 – novecentos euros e setenta e três centavos;

**CCAM – Benavente**

Conta - 004550904010946923865 – quatrocentos e vinte e dois mil, cento e trinta e três euros e vinte e quatro centavos;

**BES – Benavente**

Conta - 000703400000923000754 – novecentos e sessenta e nove euros e setenta e quatro centavos;

**BPI – Samora Correia**

Conta - 002700001383790010130 – sessenta e um mil, trezentos e noventa e dois euros e noventa e três centavos;

**Banco Santander Totta, SA**

Conta – 001800020289477400181 – duzentos e vinte e nove euros e quatro centavos;

**Balclays Bank, Plc**

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – cento e cinquenta euros e setenta e quatro centavos.

Num total de disponibilidades de um milhão, setecentos e noventa e dois mil, noventa e seis euros e oitenta e quatro centavos, dos quais um milhão, trezentos e vinte e seis mil, quinze euros e quarenta e um centavos são de Operações Orçamentais e quatrocentos e sessenta e seis mil, oitenta e um euros e quarenta e três centavos de Operações Não Orçamentais.

# **Ponto 6 - PROCESSAMENTO DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PRESTAÇÕES COMPLEMENTARES, ABONOS OU SUBSÍDIOS AO PESSOAL AO SERVIÇO DA AUTARQUIA**

Submete-se a conhecimento da Câmara Municipal os vencimentos do pessoal ao serviço da autarquia, referentes ao mês de outubro.

<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL</b>		
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>		
Ajudas de custo	154,83	
Senhas de presença	1.422,15	1.576,98
<b>TOTAL – ASSEMBLEIA MUNICIPAL:</b>		<b>1.576,98</b>

<b>CÂMARA MUNICIPAL (Membros permanentes):</b>		
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>		
Titulares órgãos sober. e memb. órgãos autárquicos	9.599,40	
Representação	2.961,32	
Subsídio de refeição	405,65	12.863,89
Ajudas de custo	31,48	
<b>TOTAL - CÂMARA MUNICIPAL (Membros permanentes):</b>		<b>12.997,85</b>

<b>CÂMARA MUNICIPAL (Membros não permanentes):</b>		
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>		
Ajudas de custo	51,84	
Senhas de presença	549,44	601,28
<b>TOTAL - CÂMARA MUNICIPAL (Membros não permanentes):</b>		<b>601,28</b>

<b>PESSOAL QUADROS-REGIME CONTRATO INDIV.TRABALHO</b>		
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>		
Contratado por tempo indeterminado	265.921,96	
Pessoal aguardando aposentação	272,78	
Representação	827,92	
Subsídio de refeição	25.359,53	
Subsídio de férias e de Natal	325,80	
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	10.428,70	303.136,69
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>		
Horas extraordinárias	5.160,93	
Ajudas de custo	265,77	
Abono para falhas	1.346,92	
Subsídio de trabalho noturno	432,55	
Subsídio de turno	4.108,38	
Senhas de presença	284,09	11.598,64
<b>Segurança social:</b>		

Outros encargos com a saúde	4.686,03	
Subsídio familiar a crianças e jovens	3.259,96	7.945,99
<b>TOTAL - PESSOAL DO QUADRO:</b>		<b>322.681,32</b>
<b>PESSOAL CONTRATADO A TERMO CERTO</b>		
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>		
Pessoal em funções	3.626,48	4.117,53
Subsídio de refeição	491,05	
<b>Segurança social:</b>		15,86
Outros encargos com a saúde	15,86	
<b>TOTAL - PESSOAL CONTRATADO:</b>		<b>4.133,39</b>

<b>PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO</b>		
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>		
Remuneração base	6.529,12	
Subsídio de refeição	345,87	6.874,99
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>		
Senhas de presença	65,65	65,65
<b>TOTAL - PESSOAL ALEM QUADRO:</b>		<b>6.940,64</b>

<b>TOTAL GLOBAL:</b>	<b>348.931,46</b>
----------------------	-------------------

Sobre este valor (€ 348.931,46), incidiram descontos no valor de € 64.748,78, fixando-se o valor líquido em 284.182,68.

«A Câmara Municipal tomou conhecimento.»

## 02.01.12- Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças

### Ponto 7 – LICENCIAMENTO DE RECINTOS ITINERANTES E IMPROVISADOS / DESPACHO A RATIFICAÇÃO

#### Informação DMAF/Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças n.º 254, de 22.10.2012

Por determinação do senhor presidente da Câmara de 19 do corrente mês, referente ao licenciamento de recintos itinerantes e improvisados, cumpre informar:

1 – O Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29.09, regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos.

2 – O presente Decreto-Lei estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerante e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos.

3 – Para efeitos do presente Decreto-Lei, consideram-se recintos itinerantes os que possuem área delimitada, ou coberta ou não, onde sejam instalados equipamentos de

diversão com características amovíveis, e que, pelos seus aspetos de construção, podem fazer-se deslocar e instalar, nomeadamente:

- Circos ambulantes;
- Praças de touros ambulantes;
- Pavilhões de diversão;
- Carrosséis;
- Pistas de carros de diversão;
- Outros divertimentos mecanizados

4 – Consideram-se recintos improvisados os que têm características construtivas ou adaptações precárias, sendo montados temporariamente para um espetáculo ou divertimento público específico, quer em lugares públicos quer privados, com ou sem delimitação de espaço, cobertos ou descobertos, nomeadamente:

- Tendas;
- Barracões;
- Palanques;
- Estrados e palcos;
- Bancadas provisórias

5 – O pedido de licenciamento de recintos itinerantes (art. 5.º) e de recintos improvisados (art. 15.º) do mencionado Decreto-Lei é feito através de apresentação de requerimento junto da câmara municipal territorialmente competente, dirigido ao respetivo presidente, devidamente instruído:

- a) Identificação do promotor;
- b) Tipo de evento;
- c) Período de funcionamento e duração do evento;
- d) Local, área, características do recinto, zona de segurança, instalações sanitárias, planta com disposição e número de equipamentos de diversão, sua tipologia ou designação e demais atividades;
- e) Último certificado de inspeção de cada equipamento;
- f) Plano de evacuação em situações de emergência;
- g) Apólice de seguro de acidentes pessoais e responsabilidade civil;
- h) Termo de responsabilidade

6 – Realizando-se o evento em terreno do domínio privado, o requerimento é ainda complementado com declaração de não oposição à sua utilização para instalação do recinto, por parte do proprietário.

7 – A licença de funcionamento do recinto (art. 13.º) é emitida pelo presidente da Câmara Municipal, no prazo de três dias após a entrega, pelo requerente, **do certificado de inspeção, bem como a entrega do termo de responsabilidade.**

8 – Foram contactados os municípios da região, tendo sido recebida informação que nenhum deles procede à respetiva vistoria, remetendo e tão só, para o estipulado no art. 15.º do mencionado diploma.

9 – Assim e se esse for o seu entendimento, **pode contudo dispensar-se de vistoria os recintos itinerantes e improvisados** de acordo com o mencionado no ponto 7 da presente informação.

10 - Deve contudo e porque se trata de divertimento público, informar a força policial competente na zona (Guarda Nacional Republica – Postos Territoriais), à manutenção da ordem no respetivo recinto.

11 - Aos Bombeiros Voluntários, o envio do plano de evacuação em situações de emergência, para que verifiquem as condições de segurança contra incêndios previstos na lei.

12 - À Dra. Vanda Lobato, médica veterinária para vistoria higio-sanitária, (quando se trate de espetáculo onde entrem animais), que cumpra as normas sanitárias e de bem-estar animal.

13 – A realização deste tipo de eventos fica sujeita à emissão de licença especial de ruído, prevista nos termos do art. 15.º do Regulamento Geral do Ruído, Decreto-Lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto;

- Licença de Representação (Inspeção Geral das Atividades Culturais);

- Apresentação da licença da Sociedade Portuguesa de Autores.

Face ao exposto, deixo o assunto à consideração do senhor presidente da Câmara.

O assistente técnico, Joaquim Miguel Clarimundo

O presidente
Homologo. Proceda-se em conformidade.
2012.10.22

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE observou que embora a generalidade das câmaras municipais não efetue vistoria aos recintos itinerantes e improvisados, bastando-lhes, para o respetivo licenciamento, a apresentação dos documentos necessários, a Câmara Municipal de Benavente ainda adotava aquele procedimento.

Contudo, os técnicos municipais sempre se manifestaram contrários a realização das vistorias, sendo notório que pelo facto destes não gostarem, nem quererem adotar aquele procedimento, muitas vezes a vistoria é chumbada, ainda que os proprietários dos recintos estejam munidos da licença emitida pela entidade competente e do termo de responsabilidade, pelo que solicitou à Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças que informasse o que tivesse por conveniente relativamente à matéria e, face à informação prestada, julga que a Câmara Municipal não pode exigir mais.

Afirmou que salvo situações em que se verifique a questão do bem-estar animal ou em que haja manifesta desconfiança sobre as condições em que vai ser realizado o espetáculo, podendo daí resultar perigo para os espetadores, crê que a Câmara Municipal não deve ir além do que a lei estabelece.

O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA disse que em momento anterior pediu ao senhor presidente para lhe explicar a razão de ter sido alterado o critério que a Câmara Municipal tinha tido até ao momento, e que tinha resultado, em todas as circunstâncias, como uma mais-valia para o garante da segurança de funcionamento daquelas atividades.

Afirmou que entendeu na perfeição a explicação do senhor presidente, com a qual concorda em pleno, tanto mais que, de facto, foi tendo a noção de alguma renitência

da parte dos técnicos ao serviço do Município e entende que para grandes males, grandes remédios, sendo preferível o agasalho da lei e não acionar o mecanismo facultativo da vistoria, a inviabilizar, por areias na engrenagem, um espetáculo que é realizado por pessoas que não vivem com grandes folgas em termos de disponibilidades financeiras.

Ainda assim, a sua consciência técnica leva-o a dizer que acha que as vistorias devem ser feitas, devendo ser resolvidos os problemas que obstem a que elas se realizem com o bom senso que sempre tem existido na Câmara Municipal de Benavente, porque de facto nas vistorias resolvem-se pormenores que, às vezes, podem fazer grandes diferenças.

No entanto, enquanto não for resolvido o problema a nível interno da Câmara Municipal, está totalmente solidário com o que o senhor presidente faça em termos de dispensar a vistoria e estará sempre disponível para participar na ratificação dos atos por ele proferidos.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara Municipal.

## **02.02- Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos**

### **02.02.08- Subunidade Orgânica de Património**

#### **Ponto 8 – EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA CONFERIDO AO MUNICÍPIO DE BENAVENTE NO ÂMBITO DO N.º 3 DO ARTIGO 20 DO DECRETO-LEI N.º 794/76, DE 05/11 SOBRE O DIREITO DE PREFERÊNCIA EM 1.º GRAU QUE GOZA NA ALIENAÇÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO DO TERRENO, CONSTITUÍDO ATRAVÉS DE DIREITO DE SUPERFÍCIE**

Registo de Entrada N.º 2012/14366, de 18-10

Requerente: Union de Créditos Imobiliários, S.A Establecimiento Financiero de Crédito

#### **Informação N.º 0251/2012, de 18-10**

A requerente, tendo em vista a instrução do processo relativo à escritura de compra e venda duma moradia construída no lote 64 constituído em direito de superfície sito na Urbanização da Quinta do Portão de Ferro, em Benavente, solicita à Câmara Municipal de Benavente, o seguinte:

- Que o Município de Benavente se pronuncie sobre o direito legal de preferência conferido ao Município de Benavente na alienação, a título oneroso, duma moradia de rés-do-chão, 1.º andar e logradouro construída no lote 64 constituído em direito de superfície sito na Urbanização da Quinta do Portão de Ferro, em Benavente, com a área coberta de 107,00 metros quadrados e descoberta de 15,40 metros quadrados e descrito na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 0908 da freguesia de Benavente e inscrito na Matriz Predial Urbana da mesma freguesia sob o artigo 3281;

O imóvel supra identificado vai ser vendido livre de ónus ou encargos pelo valor de 80.000,00 € (oitenta mil euros).

- Em face do exposto, cumpre informar:

1 – Nos termos previstos no n.º 3, do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro, é concedido o direito de preferência aos municípios, nos termos previstos.

2 – Assim, a comunicação ora apresentada enquadra-se na obrigação legal imposta, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 05/11.

3 – No caso concreto, uma vez que é concedido o direito de preferência ao Município de Benavente, relativamente à transmissão, submete-se à consideração superior a decisão quanto ao eventual exercício do direito e sobre o direito de preferência em 1.º grau que goza na alienação do direito de utilização do terreno constituído em direito de superfície.

À consideração superior.

O coordenador técnico, António Teixeira da Rosa

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade renunciar ao direito de preferência em primeiro grau, na alienação do prédio erigido no lote constituído através do direito de superfície a que se refere a presente petição, nos termos do número três do artigo vigésimo do Decreto-Lei n.º 794/76, de cinco de novembro, e autorizar a venda do edificado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes**

#### **03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais**

**Ponto 9 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM CAMADA DE DESGASTE NUM TROÇO DA ESTRADA REAL, PORTO ALTO – SAMORA CORREIA”**

**\* RECEÇÃO DEFINITIVA / EXTINÇÃO DE CAUÇÃO E REFORÇO DE CAUÇÃO**

Processo n.º 4.1.1/03-2007

Adjudicatário: Calcetal 2 – Sociedade de Construções, Lda.

#### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 228/2012, de 18 de outubro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através da carta datada de 14.09.2012 (registo de entrada n.º 12882, de 19.09.2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Foi efetuada retenção na quantia de **335,25 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2007, referente a 10% do valor do respetivo Auto e destinada a caução e reforço de caução;
- 2- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de



toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.

**3- Considerando,**

- ter já decorrido o prazo de garantia;
- que da vistoria efetuada em 18.10.2012, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução e reforço de caução prestados através de:

- ✓ Retenção na quantia de **335,25 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2007, referente a 10% do valor do respetivo Auto e destinada a caução e reforço de caução;

À consideração superior.

Maria Virgínia Antunes Pinto, Eng.<sup>a</sup> Civil

### **AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste num troço da Estrada Real, Porto Alto - Samora Correia”**, adjudicada à firma “CALCETAL 2 - Sociedade de Construções, Lda.”, no valor **3 352,50 €** (três mil, trezentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 2 (dois) dias, contados da data do Auto de Consignação por despacho superior exarado em oito de março de dois mil e sete, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, senhor Joaquim Fernando Gomes Carvalho, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente.

E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – CM Benavente*  
*Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil – CM Benavente*  
*Joaquim Fernando Gomes Carvalho – representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho:  
À reunião. 19/10/2012

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 10 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM CAMADA DE DESGASTE NO ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DA BARROSA”**

**\* RECEÇÃO DEFINITIVA / EXTINÇÃO DE CAUÇÃO E REFORÇO DE CAUÇÃO**

Processo n.º 4.1.1/07-2007

Adjudicatário: Calcetal 2 – Sociedade de Construções, Lda.

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 227/2012, de 18 de outubro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através da carta datada de 14.09.2012 (registo de entrada n.º 12801, de 18.09.2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Foi efetuada retenção na quantia de **265,00 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2007, referente a 10% do valor do respetivo Auto e destinada a caução e reforço de caução;
- 2- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.
- 3- Considerando,
  - ter já decorrido o prazo de garantia;
  - que da vistoria efetuada em 18.10.2012, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento, julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução e reforço de caução prestados através de:
  - ✓ Retenção na quantia de **265,00 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2007, referente a 10% do valor do respetivo Auto e destinada a caução e reforço de caução.

À consideração superior.

Maria Virgínia Antunes Pinto, eng.ª civil

**AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste no estacionamento do Pavilhão Desportivo da Barrosa”**, adjudicada à firma “CALCETAL 2 - Sociedade de

Construções, Lda.”, no valor **2 650,00 €** (dois mil, seiscentos e cinquenta euros), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 2 (dois) dias, contados da data do Auto de Consignação por despacho superior exarado em dezasseis de maio de dois mil e sete, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, senhor Joaquim Fernando Gomes Carvalho, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente. E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – CM Benavente*  
*Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil – CM Benavente*  
*Joaquim Fernando Gomes Carvalho – representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho:  
À reunião. 19/10/2012

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 11 – EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO DA COBERTURA DOS ANEXOS DA PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DE BENAVENTE”**

**\* RECEÇÃO DEFINITIVA / CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA E RESTITUIÇÃO DE QUANTIA RETIDA**

**\* RÉTIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO D.M.O.M.A.S.U.T. N.º 192/2012, DE 27 DE SETEMBRO**

Processo n.º 4.1.2/19-2008  
Adjudicatário: *PAULO & FILHOS, S.A.*

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 229/2012, de 19 de outubro**

Tendo-se detetado um erro de 0,30 € nas operações aritméticas constantes no ponto 4 da Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 192/2012, de 27 de setembro relativa à empreitada referida em assunto, não obstante as operações estarem explicitamente apresentadas impõe-se que se proceda à respetiva retificação, por forma a que:

onde se lê:

*“...- redução de 50% da Garantia n.º GAR/08309586, emitida pelo Banco BPI, S.A., na importância de **826,90 €** (mil, oitocentos e quarente e um euros e quatro centimos), passando a mesma a ter o valor de **413,15 €** (**1.240,35 € - 826,90 €**);*

*- restituição de 50% das quantia retida no Auto de Medição n.º 1 na importância de **826,90 €** (mil, quatrocentos e vinte e um euros e noventa e sete*

cêntimos), passando a mesma a ter o valor de **413,15 €** (1.240,35 € - 826,90 €)”.

passa a ler-se

“...- redução de 50% da Garantia n.º GAR/08309586, emitida pelo Banco BPI, S.A., na importância de **826,90 €** (mil, oitocentos e quarente e um euros e quatro cêntimos), passando a mesma a ter o valor de **413,45 €** (1.240,35 € - 826,90 €);

- restituição de 50% das quantia retida no Auto de Medição n.º 1 na importância de **826,90 €** (mil, quatrocentos e vinte e um euros e noventa e sete cêntimos), passando a mesma a ter o valor de **413,45 €** (1.240,35 € - 826,90 €)”.

Mais se propõe que se mantenha o teor da deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 2012-10-08.

À consideração superior.

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil*

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

## **Ponto 12 – EMPREITADA DE “CENTRO SOCIOCULTURAL DOS FOROS DA CHARNECA – SUBSTITUIÇÃO DE TETO FALSO”**

### **\*RECEÇÃO DEFINITIVA / EXTINÇÃO DE CAUÇÃO E REFORÇO DE CAUÇÃO**

Processo n.º 4.1.2/04-2009

Adjudicatário: Castelhana & Ferreira

### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 226/2012, de 18 de outubro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de *e-mail* datado de 14.09.2012 (registo de entrada n.º 12696, de 17.09.2012), e da carta datada de 20.09.2012 (registo de entrada n.º 13157, de 25.09.2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor **324,25 €** através de Garantia Bancária n.º 00352103, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A., correspondente a 5 % do valor da adjudicação e destinada a caução;
- 2- Foi efetuada retenção na quantia total de **324,25 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2009, referente a 5% do valor do respetivo Auto e destinada a reforço de caução;
- 3- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como

garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.

4- Considerando,

- ter já decorrido o prazo de garantia;
- que da vistoria efetuada em 18.10.2012, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à extinção da caução e reforço de caução prestados através de:

- ✓ Garantia Bancária n.º 00352103, emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A., no valor de **324,25 €**
- ✓ Retenção na quantia de **324,25 €** no pagamento do Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2009.

À consideração superior.

Maria Virgínia Antunes Pinto, eng.ª civil

#### **AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Centro Sociocultural dos Foros da Charneca - Substituição de Teto Falso”**, adjudicada à firma “CASTELHANO & FERREIRA - Ind. Tetos Falsos e Divisórias, S.A.”, no valor **6.485,05 €** (seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e cinco cêntimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 7 (sete) dias, contados da data do Auto de Consignação por despacho superior exarado em seis de julho de dois mil e nove, compareceram os senhores Carlos António Pinto Coutinho, vereador e Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil, na qualidade de representantes do Dono da Obra, a fim de procederem na presença do representante do Adjudicatário Sr. Manuel Lourenço Cunha Matias, ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente.

E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção Definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 398.º do Código dos Contratos Públicos, de 29 de janeiro (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Carlos António Pinto Coutinho, vereador – CM Benavente*

*Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil – CM Benavente*

*Manuel Lourenço Cunha Matias – representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho:

*À reunião. 19/10/2012*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 13 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE AQUEDUTO E MANILHAMENTO DA VALA DO BECO DA CARREGUEIRA, EM SAMORA CORREIA”**

**LIBERAÇÃO DE 90% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 4.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.4/05-2008

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 231/2012, de 19 de outubro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.<sup>a</sup> 753/2012/JT/SF datada de 28-09-2012 (registo de entrada n.º 13505, datado de 01-10-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **2.710,74 €** através da Garantia Autónoma n.º 2008.00492, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços (no valor de 334,40 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **16,72 €**, correspondente a 5% da referida revisão;
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **2.727,46 € (2.710,74 €+16,72 €)**
- 5- Considerando,
  - que a receção provisória da obra ocorreu em 16-10-2008;
  - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;

- terem já decorrido 4 (quatro) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 19-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 90% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **2.454,71 € (0,90\*2.727,46 €)**, passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **272,75 € (2.727,46 € - 2.454,71 €)**

6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:

- redução da Garantia Autónoma n.º 2008.00492, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., na importância de **2.454,71 €**, passando a mesma a ter o valor de **256,03 € (2.710,74 € - 2.454,71 €)**

À consideração superior.

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.ª civil*

#### **Auto de Vistoria**

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto*

#### **4.º ano**

Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de aqueduto e manilhamento da vala do Beco da Carregueira, em Samora Correia”**, adjudicada à firma “PROTECNIL - Sociedade Técnica de Construções, S.A.”, no valor de **27.107,41 € (vinte e sete mil, cento e sete euros e quarenta e um centimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 30 (trinta) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em trinta e um de julho de dois mil e oito, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 4 (quatro) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos **quatro anos** decorridos, **ou seja 90% da caução total**.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente*  
*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheira civil – C.M. Benavente*  
*João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho:  
À reunião. 19/10/2012

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

#### **Ponto 14 – EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO BAIRRO MUNICIPAL, EM BENAVENTE”**

##### **\* LIBERAÇÃO DE 90% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 4.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.4/04-2008  
Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

#### **Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 230/2012, de 19 de outubro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.<sup>a</sup> 752/2012/JT/SF datada de 27-09-2012 (registo de entrada n.º 13487, datado de 01-10-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1-** Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:



Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **2.355,64 €** através da Garantia Autónoma n.º 2008.00386, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços (no valor de 433,51 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **21,68 €**, correspondente a 5% da referida revisão;
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **2.377,32 € (2.355,64 € + 21,68 €)**;
- 5- Considerando,
  - que a receção provisória da obra ocorreu em 16-10-2008;
  - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
  - terem já decorrido 4 (quatro) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
  - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 19-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 90% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **2.139,59 € (0,90\*2.377,32 €)**, passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **237,73 € (2.377,32 € - 2.139,59 €)**

- 6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:
  - redução da Garantia Autónoma n.º 2008.00386, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., na importância de **2.139,59 €**, passando a mesma a ter o valor de **216,05 € (2.355,64 € - 2.139,59 €)**

À consideração superior.

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil*

#### **Auto de Vistoria**

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto*

#### **4.º ano**

Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Remodelação das infraestruturas do Bairro Municipal, em Benavente”**, adjudicada à firma

“PROTECNIL - Sociedade Técnica de Construções, S.A.”, no valor de **23.556,43 € (vinte e três mil, quinhentos e cinquenta e seis euros e quarenta e três cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em nove de julho de dois mil e oito, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 4 (quatro) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos **quatro anos** decorridos, **ou seja 90% da caução total**.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente*

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente*

*João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho:

*À reunião. 19/10/2012*

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 15 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM CAMADA DE DESGASTE EM ARRUAMENTOS DA FREGUESIA DE BENAVENTE – 2.ª FASE”**

**LIBERAÇÃO DE 60% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 2.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.1/08-2009

Adjudicatário: *Consórcio GEOMOV, LDA. / ESTRELA DO NORTE; LDA.*

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 232 /2012, de 24 de outubro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.<sup>a</sup> 137/12, datada de 13-09-2012 (registo de entrada n.º 12789, datado de 18-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foram prestadas as seguintes cauções:
  - no valor de **3.966,17 €** através de Garantia Bancária n.º 071.43.010151-0, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, Instituição de Crédito, correspondente a 5% do valor da adjudicação;
  - no valor de **4.177,22 €** através de Garantia Bancária N.º 0085.025647.793, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, sendo 3.966,17 € correspondente a 5% do valor da adjudicação e referente ao reforço da caução, 67,10 € correspondente a 5% do valor da revisão de preços provisória e 143,95 € correspondente a 10% do valor da revisão de preços definitiva.
- 3- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **8.143,39 € (3.966,17 € + 4.177,22 €)**
- 4- Considerando,
  - que a receção provisória da obra ocorreu em 06.01.2010;
  - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
  - terem já decorrido 2 (dois) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
  - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 24-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação do valor total da caução em 60% nos seguintes termos:

- redução da Garantia Bancária n.º 071.43.010151-0, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, Instituição de Crédito, na importância de **2.379,70 € (0.60\*3.966,17 €)** passando a mesma a ter o valor de **1.586,47 € (3.966,17 € - 2.379,70 €)**;
- redução da Garantia Bancária N.º 0085.025647.793, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, na importância de **2.506,33 € (0.60\*4.177,22 €)** passando a mesma a ter o valor de **1.670,89 € (4.177,22 € - 2.506,33 €)**

À consideração superior.

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil*

### **Auto de Vistoria**

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 agosto*

### **2.º Ano**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste em arruamentos da freguesia de Benavente – 2.ª fase”**, adjudicada ao Consórcio GEOMOV, LDA/ESTRELA DO NORTE, LDA., no valor de **79.323,49 € (setenta e nove mil, trezentos e vinte e três euros e quarenta e nove cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 30 (trinta) dias, contados da data do Auto de Consignação, por deliberação da Câmara Municipal de Benavente em reunião ordinária realizada em seis de outubro de dois mil e nove, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença dos representante da Consorciada GEOMOV, LDA., o senhor Francisco António Teodoro Jorge e da consorciada ESTRELA DO NORTE, LDA, o senhor Rui Manuel Ferreira Juiz, engenheiro civil, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos,
- ✓ ter já decorrido 2 (dois) ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia,
- ✓ a inexistência de defeitos de obra da responsabilidade do empreiteiro

e ainda

- ✓ o estabelecido nos nºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto,

deliberaram os intervenientes dar por reunidas as condições para se proceder à liberação da caução correspondente ao **2.º ano**, ou seja, **60%** do valor total da caução.

Pelo senhor Francisco António Teodoro Jorge, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado o presente Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente*  
*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente*  
*Francisco António Teodoro Jorge - representante da Consorciada GEOMOV, LDA.*  
*Rui Manuel Ferreira Juiz, engenheiro civil - Representante da Consorciada ESTRELA DO NORTE, LDA.*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 16 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM CAMADA DE DESGASTE EM ARRUAMENTOS DA FREGUESIA DE BENAVENTE – 3.ª FASE”**

**LIBERAÇÃO DE 60% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 2.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.1/11-2009

Adjudicatário: *GEOMOV – Construção e Movimento de Terras, Lda.*

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 233/2012, de 24 de outubro**

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.<sup>a</sup> 138/12, datada de 13-09-2012 (registo de entrada n.º 12790, datado de 18-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

<b>Plano de Liberação de Cauções</b>					
<b>Prazo de garantia da obra</b>	<b>Valor a liberar</b>				
	<b>1.º ano – após receção provisória</b>	<b>2.º ano – após receção provisória</b>	<b>3.º ano – após receção provisória</b>	<b>4.º ano – após receção provisória</b>	<b>5.º ano – após receção provisória</b>
<b>5 anos</b>	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **3.255,82 €**, através de Garantia Bancária n.º 071-43.010153-6, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, correspondente a 5% do valor da adjudicação;
- 3- Foi efetuada retenção da quantia de **3.255,82 €** no Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2010, referente a 5% do valor do Auto e destinada a reforço de caução;
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **6.511,64 € (3.255,82 € + 3.255,82 €)**
- 5- Considerando,
  - que a receção provisória da obra ocorreu em 17.02.2010;
  - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
  - terem já decorrido 2 (dois) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
  - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 24-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 60% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **3.906,98 € (0,60\*6.511,64 €)**, passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **2.604,66 € (6.511,64 € - 3.906,98 €)**

- 6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:
  - cancelamento da Garantia Bancária n.º 071-43.010153-6, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, na importância de **3.255,82 €** correspondente a 5% do valor da adjudicação;
  - redução da retenção efetuada no Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2010 na importância de **651,16 € (3.906,98 € - 3.255,82 €)** passando a mesma a ter o valor de **2.604,66 € (3.255,82 € - 651,16 €)**

À consideração superior.

*José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil*

#### **Auto de Vistoria**

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 agosto*

#### **2.º Ano**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste em arruamentos de freguesia de Benavente – 3.ª fase”**, adjudicada à firma “GEOMOV – Construção e Movimentação de Terras, Lda.”, no valor de **65.116,36 € (sessenta e cinco mil, cento e dezasseis euros e trinta e seis cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 7 (sete) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em quinze de dezembro de dois mil e nove, compareceram os senhores Manuel

Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor Francisco António Teodoro Jorge, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos,
- ✓ ter já decorrido 2 (dois) ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia,
- ✓ a inexistência de defeitos de obra da responsabilidade do empreiteiro

e ainda

- ✓ o estabelecido nos nºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto,

deliberaram os intervenientes dar por reunidas as condições para se proceder à liberação da caução correspondente ao **2.º ano**, ou seja, **60%** do valor total da caução.

Pelo senhor Francisco António Teodoro Jorge, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado o presente Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente*  
*José Hugo Monteiros Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente*  
*Francisco António Teodoro Jorge - representante do empreiteiro*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS, EM SAMORA CORREIA” - PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS / DESPACHO A RATIFICAÇÃO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência numa tomada de decisão

proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 26 de outubro de 2012

O presidente da Câmara, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

**Ponto Extra 6 - EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS, EM SAMORA CORREIA”  
- PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS / DESPACHO A RATIFICAÇÃO**

Processo n.º 4.1.2/02-2011

**Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 235/2012, de 25 de outubro**

Considerando que:

- 1- a empreitada acima referida foi adjudicada à firma **SECAL – Engenharia e Construções, S.A.** e o prazo para apresentação dos documentos de habilitação terminou em 2012-10-24,
- 2- a empresa adjudicatária apresentou todos os documentos então solicitados,
- 3- a caução foi prestada através de garantia bancária emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós, CRL, no valor de 72.998,22 €, correspondente a 10% do valor da adjudicação,
- 4- aquando da verificação dos documentos foi detetado, a determinado passo, um erro de escrita, uma vez que naquela garantia se refere que a adjudicatária “...., *assumirá no contrato que com ela o Município de Rio Maior vai outorgar...*”,
- 5- apesar da referência àquele município, considera-se que a garantia bancária então prestada corresponde à caução da empreitada em referência, uma vez que quer a designação da empreitada, quer o montante prestado para caução correspondem a 10% do valor da adjudicação, sendo que, além do mais na mesma garantia, em momento anterior, a entidade bancária refere expressamente o Município de Benavente,
- 6- a adjudicatária já foi contactada e manifestou desde logo disponibilidade para, junto da entidade bancária, proceder à devida correção, com a maior brevidade possível,



- 7- a urgência na prorrogação do prazo para apresentação do documento corrigido na plataforma eletrónica, uma vez que o prazo inicial já expirou, como antes se evidenciou,
- 8- a caução constitui documento fundamental para a adjudicação da empreitada,
- 9- nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no programa do procedimento e,
- 10- nos termos do n.º 3 do artigo antes referido, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, desde que por facto que não seja imputável ao adjudicatário, situação que se verifica no caso em presença, como se expôs nos pontos anteriores,

#### **propõe-se**

- ✓ que seja concedido um prazo adicional de dois (2) dias para apresentação do documento em falta devidamente corrigido,
- ✓ que ao abrigo dos fundamentos antes enunciados, o presidente da Câmara Municipal exare despacho concordante com a presente proposta, concedendo o prazo proposto, e finalmente,
- ✓ que tal despacho seja posteriormente alvo de ratificação do órgão competente para a decisão de contratar, no caso, a Câmara Municipal, tudo ao abrigo do disposto no art. 68.º/3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil  
Cidália Martins, coordenador técnico

Despacho do senhor presidente da Câmara Municipal, datado de 26-10:

*“Homologo. Concede-se o prazo adicional de dois dias para apresentação do documento devidamente corrigido. A ratificação da C. Municipal.”*

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor presidente da Câmara Municipal.

## **04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento**

### **04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares**

#### **LICENCIAMENTO DA EDIFICAÇÃO**

#### **Ponto 17 – OPERAÇÃO URBANÍSTICA: LICENÇA ADMINISTRATIVA / AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO / MORADIA UNIFAMILIAR**

Processo n.º 225/2007

Requerente: Mário Cardoso dos Santos

Local: Sesmaria do Colaço - Benavente

#### **Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 15-10-2012**

Pelo requerimento com registo de entrada n.º 13196, de 25-09-2012 solicita o requerente que lhe seja concedido o prazo de três meses para dar cumprimento ao que lhe foi solicitado no nosso ofício n.º 4625, de 06-09-2012.

Sobre o assunto informa-se:

- em 04-11-2009 foi o requerente notificado através do nosso ofício 10160, para informar se tinha solicitado junto da CCDRLVT autorização de ocupação no âmbito da reserva ecológica nacional.

- em 06-09-2012 reiterou-se a notificação anteriormente mencionada, fixando-se o prazo de dez dias para fazer prova da entrada do pedido junto da CCDRLVT, sob pena de, não o fazendo, ser ordenada a demolição das edificações erigidas ilegalmente.

Conclusão:

Atendendo a que o prazo para apresentar o documento solicitado terminou em 03-10-2012, submete-se à consideração superior a tramitação processual nos termos do despacho superiormente exarado em 03-09-2012.

A assistente operacional, Maria Manuela Ildefonso Raquel

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  22 out. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012OUT22  <b>O vereador</b>
---	--

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou que se trata dum processo que teve o seu início no ano de dois mil e sete e se refere à legalização duma ampliação e alteração de moradia unifamiliar, levada a cabo na Sesmaria do Colaço, sendo que a apreciação técnica que foi feita apontava para o facto de parte da ampliação se situar em solos REN e, por conseguinte, nos termos do regime jurídico específico, era necessário que o requerente solicitasse diretamente, junto da CCDR, a respetiva autorização para utilização do solo.

Referiu que pelo histórico do processo é possível verificar que a notificação já data do ano de dois mil e nove.

Entretanto, com a entrada em vigor das medidas preventivas do novo aeroporto de Lisboa e, posteriormente, com a adaptação do Plano Diretor Municipal de Benavente ao PROT-OVT (Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo) no que concerne ao facto de as habitações em solo rural apenas poderem ser edificadas em parcelas com área igual ou superior a quatro hectares, ocorreram alguns compassos de espera e, nessa fase, suscitava-se a dúvida se as ampliações e alterações eram consideradas construção de habitação, ou não estavam enquadradas naquela norma.

Recordou que a questão foi colocada junto dos técnicos da CCDR, tendo decorrido praticamente um ano até à obtenção da resposta, após o que foi o requerente notificado para dar cumprimento ao que estava em falta.

Transmitiu que no dia seis de setembro do ano em curso teve que exarar um despacho no sentido de fixar um prazo de dez dias para o requerente apresentar a competente autorização da CCDR, sob pena de a Câmara Municipal ordenar a demolição, na sequência do que o requerente veio pedir que lhe seja concedido o prazo de três meses para dar cumprimento ao solicitado.

Considerando a tramitação processual, o esforço que o Executivo tem feito para ajudar o requerente a resolver o problema e também o facto de a CCDR ter questionado genericamente a Autarquia acerca do que pretende fazer com o processo, propôs que a Câmara Municipal indefira a pretensão e reitere para que, no prazo de dez dias, seja apresentada a autorização da CCDR, sob pena de ser adotado procedimento de ordem de demolição automática.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITETURA - DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

#### **A CONHECIMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos exarados pelo vereador, senhor Miguel António Duarte Cardia, cujos teores abaixo se transcrevem, em:

22-10-2012

#### **Ponto 18 – LICENÇA ADMINISTRATIVA / CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR / JUNÇÃO DE ELEMENTOS**

Processo n.º 756/2012

Requerente: Carla Sofia Pereira Abrantes Mendes

Local: Quinta do Portão de Ferro, Benavente.

Teor do Despacho: *“Homologo e aprovo.”*

#### **Ponto 19 – LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE GARAGEM / PARECER DE ENTIDADE EXTERIOR**

Processo n.º 866/2012

Requerente: Maria Isabel Mendes do Rosário e Silva e Outra

Local: Rua João Folheiro, 10, Samora Correia.

Teor do Despacho: *“Homologo e aprovo.”*

### **DEFERIMENTO DO PEDIDO PEDIDO DE LICENÇA ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 23.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

#### **A CONHECIMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho exarado pelo vereador, senhor Miguel António Duarte Cardia, cujo teor abaixo se transcreve, em:

17-10-2012

**Ponto 20 – LEGALIZAÇÃO DE ANEXO / PROJETOS DAS ESPECIALIDADES**

Processo n.º 286/2010

Requerente: Mara Lúcia Fernandes Panoias

Local: Rua Operários Agrícolas, 413, Samora Correia

Teor do Despacho: *“Homologo e defiro.”*

**INFORMAÇÃO PRÉVIA NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES**

**A CONHECIMENTO**

18-10-2012

**Ponto 21 – INFORMAÇÃO PRÉVIA / CONSTRUÇÃO DE PICADEIRO E EDIFÍCIO DE APOIO**

Processo n.º 705/2012

Requerente: Karen Simpson

Local: Mata do Duque, 58-A, Santo Estêvão

Teor do Despacho: *“Homologo e aprovo. Notifique-se.”*

**LICENCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO**

**Ponto 22 – OPERAÇÃO URBANÍSTICA: LICENÇA ADMINISTRATIVA / OBRAS DE URBANIZAÇÃO**

Processo n.º 1031/2011

Requerente: Delta - Distribuidora de Empilhadores, Tratores e Alfaias, Lda.

Local: Rua do Cravo - Samora Correia

**Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 10-10-2012**

Através de requerimento com registo de entrada n.º 13840, de 09-10-2012 e na sequência da deliberação tomada em reunião no dia 24-09-2012, é apresentada exposição subscrita por um dos titulares do processo (Delta, Distribuidora de Empilhadores e Alfaias, Lda.), na qual solicita que seja aceite a hipoteca sobre o imóvel do qual é proprietária, como valor da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização do arruamento a levar a efeito no local acima indicado, pelo que se remete à consideração superior a aceitação do mesmo.

A assistente operacional, Maria Manuela Raquel

<b>Parecer:</b>          O chefe da D.M.O.P.P.U.D.	<b>Despacho:</b>  À reunião. Cópia da exposição para srs. vereadores.  2012OUT24  <b>O vereador / presidente</b>
--	---

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA observou que na sequência da reunião realizada em vinte e quatro de setembro, em que a Câmara Municipal deliberou manifestar a intenção de aceitar a caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização do loteamento, mediante

hipoteca a constituir sobre a parcela de terreno com 77.160 m<sup>2</sup>, situada junto da EN 10,km 109+100 – D, na freguesia de Samora Correia, descrita na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 5566, livre de quaisquer ónus ou encargos, veio a requerente declarar que não impende sobre a propriedade qualquer ónus que possa obstar a que a Câmara Municipal possa utilizar o direito da hipoteca de forma livre.

Propôs que a Câmara Municipal delibere em definitivo sobre a aceitação da caução, nos termos em que é referido.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aceitar a caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização do loteamento, mediante hipoteca a constituir sobre a parcela de terreno com 77.160 m<sup>2</sup>, situada junto da EN 10,km 109+100 – D, na freguesia de Samora Correia, descrita na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob o n.º 5566, livre de quaisquer ónus ou encargos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **Ponto 23 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ N.º 8/98 / EMISSÃO DE ADITAMENTO AO ALVARÁ**

Processo: 486/2012

Requerente: Mário Pedro Silva Costa e Mário Pereira Costa

Local: Vila Nova de Santo Estêvão - Lotes 200 e 206, Santo Estêvão

#### **Informação técnica da DMOPPUD, de 18-10-2012:**

Através do registo de entrada n.º 13779, de 2012-10-08, os requerentes solicitam a emissão do Aditamento ao Alvará n.º 8/98, anexando ao processo duas coleções do projeto de loteamento alterado.

Analisada a pretensão, cumpre-nos informar de que:

#### **1. Situação do Processo**

O pedido de licenciamento da alteração à operação de loteamento foi deferido em reunião camarária de 2012-10-01.

A alteração incide sobre a área dos Lotes 200 e 206, que passa a 3.231,00m<sup>2</sup> e 1.646,00m<sup>2</sup>, respetivamente. O seu somatório permanece inalterado. Consequentemente são reajustadas as áreas máximas de implantação e de construção de cada lote, no respeito pelo CAS e COS definido no Alvará.

A alteração incide ainda, sobre a possibilidade de execução de um segundo acesso de veículos ao Lote 200. O acesso ao Lote 206 foi assinalado tal como se encontra executado no local.

#### **2. Apreciação do Pedido de Emissão de Aditamento ao Alvará**

De acordo com o definido no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, com posteriores alterações - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), o “alvará” é emitido no prazo de 30 dias a contar da apresentação do requerimento, desde que se mostrem pagas as taxas devidas.

O requerimento de emissão de aditamento ao alvará, para o caso em apreciação, só pode ser indeferido com fundamento na caducidade, suspensão, revogação, anulação ou declaração de nulidade da licença ou na falta de pagamento das taxas devidas.

Conclusão:

Face ao exposto e ao definido no n.º 5 do artigo 76.º do RJUE, julgamos sem inconveniente o deferimento do pedido de Aditamento ao Alvará n.º 8/98.

[Junta-se a respetiva minuta]

À consideração superior.

Maria Henriqueta Reis, arquiteta

### **MINUTA**

#### **ADITAMENTO AO ALVARÁ N.º 8/98, DE 21-12, EM NOME DE COMPANHIA IMOBILIÁRIA DA HERDADE DA AROEIRA**

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, a requerimento de Mário Pedro Silva Costa e Mário Pereira Costa, é emitido o Aditamento ao Alvará n.º 8/98. Alvará emitido em 21-12-1998, em nome de Companhia Imobiliária da Herdade da Aroeira, que incidiu sobre o prédio que resultou da reunião dos prédios denominados, Foro da Junta, Aroeira e Herdade da Aroeira, sitos na freguesia de Santo Estêvão e Município de Benavente e, descritos na Conservatória do Registo Predial de Benavente sob os n.ºs 00448/050791, 00449/050791, 00450/050791, 00883/170594 e parte do n.º 00884/170594, da referida freguesia.

A alteração à operação de loteamento foi aprovada por deliberação camarária de 01-10-2012.

Incide sobre os Lotes 200 e 206, especificamente sobre a sua área, que passa a 3.231,00m<sup>2</sup> e 1.646,00m<sup>2</sup>, respetivamente. O seu somatório permanece inalterado. Consequentemente são reajustadas as áreas máximas de implantação e de construção de cada lote, no respeito pelo CAS e COS definido no Alvará.

A alteração incide ainda, sobre a possibilidade de execução de um segundo acesso de veículos ao Lote 200. O acesso ao Lote 206 foi assinalado tal como se encontra executado no local.

Os lotes alterados passam a ter a seguinte descrição:

Lote 200, identificado por Lote Unifamiliar Tipo Urbano/Rural, com a área de 3.231,00m<sup>2</sup>;

Lote 206, identificado por Lote Unifamiliar Tipo Urbano/Rural, com a área de 1.646,00m<sup>2</sup>.

As suas confrontações não sofrem alteração.

Os Lotes 200 e 206 encontram-se descritos na Conservatória do Registo Predial de Benavente, respetivamente, sob o n.º 1709/19990409 e n.º 1715/19990409, da freguesia de Santo Estêvão.

A alteração é traduzida em novas folhas do Quadro de Loteamento e do Regulamento do Loteamento e, em novas Plantas de Síntese à escala 1/2000, Desenhos 1.1.2 e 1.2.3 e à escala 1/1000, Desenhos 1.3.2 e 1.3.5, que constituem o anexo ao presente documento, composto por duas páginas.

Dado e passado para que sirva de título aos requerentes e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março.

Paços do Município, ... de ... de 2012

O presidente da Câmara, António José Ganhão

A coordenadora técnica da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, Rosa Maria Correia Cardoso Pedrosa

<b>Parecer:</b>	<b>Despacho:</b>
Face ao teor da informação, propõe-se o deferimento do pedido de aditamento ao alvará em referência.	À reunião.
22 out. 2012	2012OUT22
<b>O chefe da D.M.O.P.U.D.</b>	<b>O vereador</b>

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a minuta e proceder à emissão do aditamento ao alvará de loteamento n.º 8/98, nas condições do parecer técnico, que se homologa.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

#### **Ponto 24 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2007 (QUE SUBSTITUIU O ALVARÁ N.º 10/2000) / JUNÇÃO DE DOCUMENTOS**

Processo: 534/2012

Requerente: Maria de Fátima Saraiva de Lemos Henriques

Local: Rua Carlos Batalha, n.º 26 e 28 (antigo Lote 27), Samora Correia

#### **Informação técnica da DMOPPUD, de 18-10-2012:**

Pretende a requerente, na qualidade de proprietária da fração “A”, do Lote 27, da Urbanização denominada “Quinta das Cegonhas”, no Arneiro dos Corvos, em Samora Correia, a alteração do uso da garagem para serviços.

Através do registo de entrada n.º 13901 de 2012-10-10 e, na sequência de atendimento de representante do técnico, foram entregues novos elementos do projeto de alteração ao loteamento.

Analisada a pretensão, cumpre-nos informar de que:

#### **1. Enquadramento**

O requerido enquadra-se no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, com posteriores alterações, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

A alteração da licença dará lugar a Aditamento ao Alvará.

## 2. Alvará “Inicial”

O Alvará n.º 2/2007, datado em 2007-10-01, em nome de Urbidoze – Construções, Lda., foi emitido em substituição do Alvará 10/2000 com Aditamento de 2004-01-26. Foram constituídos 83 lotes, dos quais 15 destinam-se a habitação coletiva, serviços, comércio e/ou restauração, 20 a habitação unifamiliar e 48 a habitação bifamiliar

Especificamente para o Lote 27, com a área 558m<sup>2</sup>, prevê-se a área máxima de implantação de 200m<sup>2</sup> (distribuída entre habitação e garagem) e a área máxima de construção de 350m<sup>2</sup> (sendo 300m<sup>2</sup> a área máxima de construção de habitação). Este Lote destina-se a 2 fogos habitacionais.

Consta dos nossos arquivos o processo n.º 165/2003, averbado em nome de Aldeia Urbana, Construção Civil, Lda., relativo à autorização administrativa de construção de moradia, anexo e muro, com alvará de autorização de obras n.º 5/2007 e autorização de utilização n.º 62/2004.

## 3. Pretensão

A pretensão incide, exclusivamente, na alteração do uso da garagem da fração “A” deste Lote (correspondente ao r/c esquerdo e logradouro), para garagem ou serviços e na previsão de mais um lugar de estacionamento no interior do lote. Não são alterados os restantes parâmetros urbanísticos anteriormente definidos.

## 4. Apreciação

A proposta cumpre o estipulado no artigo 16.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente (PDMB) quanto ao uso previsto, para a classe de espaço onde se insere, Espaço Urbanizável, Área Urbanizável Mista, Zona Programada.

Relativamente à cedência de áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva e, à criação de infraestruturas – estacionamentos, verifica-se que, por aplicação dos parâmetros exigidos na Portaria n.º 216-B/2008, conjugada com o definido no artigo 84.º do Regulamento do PDMB, a pretensão carece de alteração das mesmas.

Assim, estão em falta 7,00m<sup>2</sup> de área de cedência destinada a espaços verdes e de utilização coletiva, de 6,25m<sup>2</sup> de área de equipamento de utilização coletivo e de mais um lugar de estacionamento que poderá ser privado.

O n.º 4 do artigo 44.º do RJUE especifica que, *“Se o prédio a lotear já estiver servido pelas infraestruturas... ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio, ..., não há lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal”*.

Perante a exiguidade das áreas a ceder e o facto das infraestruturas já se encontrarem concluídas, somos de opinião que deverá ser aceite a compensação em numerário; situação que deixamos à consideração Superior.

## 5. Outras Condicionantes à Aprovação

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do RJUE, o deferimento do pedido de alteração à operação de loteamento deverá ser precedido de consulta pública a realizar conforme artigo 16.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da



Edificação (Regulamento n.º 419/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 12 de julho de 2011).

Nos termos do disposto no n.º 3 do mesmo artigo, é condição para aprovação da alteração à operação de loteamento, a notificação dos proprietários dos restantes lotes que, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 6.º do citado Regulamento Municipal, poderá ser feita sob a forma de Edital.

Conclusão:

Face ao exposto e por enquanto, não podemos propor o deferimento do pedido de alteração ao alvará.

Deverá a Câmara Municipal pronunciar-se sobre a aceitação da compensação em numerário pelas áreas de cedência em falta (7,00m<sup>2</sup> de área destinada a espaços verdes e de utilização coletiva e 6,25m<sup>2</sup> de área destinada a equipamento de utilização coletiva), tal como referido no ponto 4 da presente informação.

Caso delibere favoravelmente, deverá proceder à consulta pública e à notificação dos proprietários tal como especificado no ponto 5.

À consideração superior.

Maria Henriqueta Reis, arquiteta

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, propõe-se que seja aceite a compensação em numerário pela ausência de áreas para espaços verdes e de equipamento de utilização coletiva, podendo desencadear-se o procedimento de consulta pública e de notificação aos restantes proprietários.  22 out. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.   2012OUT22  <b>O vereador</b>
---	--

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação técnica e, nos termos da mesma, aceitar a compensação em numerário pela ausência da cedência de área destinada a espaços verdes e de equipamento de utilização coletiva.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, promover a discussão pública da alteração ao alvará de loteamento número 2/2007 e proceder à notificação dos proprietários.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **AVERBAMENTO DE PROCESSO DE OBRAS EM NOME DE NOVO TITULAR**

### **A CONHECIMENTO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho exarado pelo vereador, senhor Miguel António Duarte Cardia, cujo teor abaixo se transcreve, em:

19-10-2012

**Ponto 25 – LICENÇA ADMINISTRATIVA / EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR / AVERBAMENTO DO DIRETOR TÉCNICO E EMPREITEIRO**

Processo n.º 91/2007

Requerente: Houselink-Promoção Imobiliária, S.A.

Local: Estrada dos Curralinhos, Samora Correia

Teor do Despacho: “Homologo e defiro.”

**Ponto 26 – PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA**

Processo: 970/2008

Requerente: Ministério da Economia e da Inovação - Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT)

Requerimento: 13.845, de 09/10/2012

Assunto: Pedido de regularização da exploração de pedreira, nos termos do artigo 5.º do D.L. n.º 340/2007, de 12/10 / Pedreira n.º 6291, designada “Quinta da Amieira”, explorada por Teodoro Gomes Alho & Filhos, Lda. / Solicitação da deliberação prevista no n.º 3 do Despacho n.º 5697/2011, de 01/04

Local: Estrada da Cascalheira, Quinta Amieira – Benavente

**Informação técnica de Planeamento Urbanístico, de 12-10-2012:**

No seguimento de comunicação da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia e da Inovação – DRE-LVT:

*“Não tendo havido condições para emissão de decisão pelo Grupo de Trabalho, na reunião tida em 4 de outubro de 2012, aguarda-se a comunicação da deliberação prevista no n.º 3 do Despacho n.º 5697/2001, de 1 de abril, pela Câmara Municipal de Benavente, após o que será agendada nova reunião para efeito de tomada de decisão final.”, cumpre informar:*

1. Antes de mais, os antecedentes:

– A 10 de março de 2011 o Grupo de Trabalho emitiu decisão desfavorável à regularização da exploração nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.

Dado que este parecer resultou da inconformidade desta exploração face ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente (PDMB) e ao regime da Reserva Ecológica Nacional (REN), em informação técnica de 23 de março de 2011 submeteu-se à consideração Superior a compatibilização da exploração face a estes instrumentos de gestão territorial, no âmbito dos processos de revisão em curso.

Por sua vez, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA, a entidade licenciadora - DRE-LVT - informou o explorador da pedreira da decisão tomada pelo Grupo de Trabalho, através de ofício datado de 21 de março de 2011.

– A 1 de abril de 2011 foi publicado o Despacho n.º 5697/2011, estipulando no seu n.º 4 que as decisões desfavoráveis tomadas até à data da produção de efeitos do referido despacho, podiam ser objeto de reapreciação.

Esta hipótese aplica-se ao pedido em apreço, dado que cumpre as condições estabelecidas nos n.ºs 4 e 5 do referido despacho: a decisão desfavorável teve por fundamento a incompatibilidade da exploração a legalizar com os instrumentos de

gestão territorial válidos e eficazes; o pedido foi apresentado atempadamente ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.

Assim, nas situações em que foi emitida decisão desfavorável devido à inconformidade com os planos de ordenamento, como é o caso deste pedido, o Despacho n.º 5697/2011, de 1 de Abril, deu abertura à emissão de decisão favorável condicionada e ao acolhimento da exploração em causa, desde que a entidade competente para promover a alteração, revisão ou elaboração do instrumento de gestão territorial em causa delibere nesse sentido, conforme o n.º 3 do referido despacho.

2. Retomando a apreciação do presente requerimento, informa-se de que, na sequência da publicação do Despacho n.º 5697/2011, de 1 de abril, a DRE-LVT convocou nova reunião do Grupo de Trabalho a fim de ser reapreciado o pedido em apreço, nos termos do artigo 4.º do referido despacho.

Da reunião, realizada no passado dia 4 de outubro nas instalações da DRE-LVT, junta-se ao processo cópia do relatório e extrai-se a conclusão: *“À fim de poder ser tomada a decisão final de favorável condicionada, a representante da Câmara Municipal de Benavente vai solicitar internamente a apresentação de uma deliberação prevista no n.º 3 do Despacho n.º 5697/2011, de 01/04, após o que será agendada nova reunião do Grupo de Trabalho, não tendo havido condições para emissão da decisão (...).”*

Em suma, é necessário que a Câmara delibere que a pretensão vai ser acolhida na nova versão do PDMB para que o Grupo de Trabalho possa emitir uma decisão favorável condicionada ao pedido de regularização da situação da pedreira, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro. Caso assim seja, poderá prosseguir o processo de adaptação da pedreira “Quinta da Amieira” às exigências do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.

Note-se que a deliberação da Câmara e a decisão final do Grupo de Trabalho refere-se ao local da pretensão assinalado pelo explorador Teodoro Gomes Alho & Filhos, Lda. no pedido de regularização da situação da pedreira, remetido pela DRE-LVT à Câmara através do Registo de Entrada n.º 12376, de 28/05/2008. Portanto, a planta com o local da pretensão assinalado pelo requerente complementa a presente informação e deverá acompanhar a deliberação da Câmara para os devidos efeitos.

À consideração superior.

Ana David Palmar, técnica superior – biologia

<b>Parecer:</b>  Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.  18 out. 2012  <b>O chefe da D.M.O.P.P.U.D.</b>	<b>Despacho:</b>  À reunião.  2012OUT18  <b>O vereador</b>
---	--

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA transmitiu que o processo em apreço corre na Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia no sentido de ser licenciada a exploração da pedreira que existe e labora na Quinta da Amieira.

Observou que o Grupo de Trabalho (que integra a Dra. Ana Palmar enquanto representante da Câmara Municipal) não pode emitir decisão final favorável, ainda que condicionada, sem que o Executivo manifeste a intenção de, no âmbito do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, ver acolhida a atividade naquela localização.

Propôs que se informe ser intenção da Câmara Municipal, plasmada na proposta de Planta de Ordenamento, que o espaço estritamente definido para a área atualmente abrangida venha a ser classificado como espaço de recursos geológicos, acolhendo a atividade que ali é desenvolvida, para efeitos do Grupo de Trabalho poder decidir em conformidade.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo**

### **05.01- Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa**

#### **Ponto 27 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO PARA ESPETÁCULO SOLIDÁRIO**

Processo n.º 5.5.10

Entidade: Grupo Solidário de apoio ao forçado Nuno Carvalho

Assunto: Pretendem realizar um espetáculo de solidariedade para com o forçado Nuno Carvalho, da Moita do Ribatejo, gravemente acidentado na sequência duma colhida. Para o efeito solicitam o apoio da Câmara Municipal no que diz respeito à cedência do sistema de som e do avançado do palco para realização de uma passagem de modelos na sala da Sociedade Filarmónica de Santo Estêvão no dia 24 de novembro de 2012.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade transmitir que o equipamento apenas pode ser cedido à Sociedade Filarmónica de Santo Estêvão, nos termos do respetivo regulamento.

### **05.02- Educação**

#### **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

#### **PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO RELATIVO À COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CENTRO ESCOLAR DE BENAVENTE**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente 29 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

### **Ponto Extra 7 - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO RELATIVO À COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CENTRO ESCOLAR DE BENAVENTE**

**Informação D.M.C.E.T. n.º 100/2012, de 26 de outubro**

Submete-se à apreciação da Câmara Municipal a proposta de protocolo de colaboração relativo à componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, no Centro Escolar de Benavente

**Considerando que:**

A atividade curricular no 1.º ciclo do ensino básico é organizada em regime normal quando se desenvolve no período da manhã e da tarde, interrompida para almoço podendo, excecionalmente, ser organizada em regime duplo com a ocupação da mesma sala por duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde;

O programa de atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico permitiu a introdução de outros domínios incidindo sobre a área desportiva, artística, científica, tecnológica e das tecnologias da informação e comunicação, designadamente com a educação física e desportiva, as expressões plástica e musical, o inglês, as TIC e o apoio ao estudo, tal como definido no despacho n.º 8683/2011, 28 de junho;

As atividades de enriquecimento curricular têm a duração diária de duas horas, prosseguindo também objetivos que se reportam ao princípio da escola a tempo inteiro procurando adaptar os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias e simultaneamente de garantir que os tempos de permanência na escola são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Para muitas famílias a permanência na escola durante o período definido de oito horas diárias não responde, por razões de natureza profissional, às necessidades efetivas;

A componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico destina-se, deste modo, a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e ou depois das atividades

curriculares e de enriquecimento, e ou durante os períodos de interrupção das atividades letivas;

Neste sentido, define-se o presente acordo de colaboração com vista à implementação da componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico entre:

O **Município de Benavente**, pessoa coletiva n.º 506676056, com sede na Praça do Município, 2130-038, Benavente, representado por António José Ganhão, presidente da Câmara Municipal;

E

O **Agrupamento de Escolas de Benavente**, Pessoa Coletiva 600011679, com sede na Rua Álvaro Rodrigues de Azevedo, 17, 2130-184, Benavente, representado por Adelaide Carvalho, presidente da Comissão Administrativa Provisória, na qualidade de instituição parceira, adiante designada por “Agrupamento”,

E

A **Sociedade Filarmónica Benaventense**, Pessoa Coletiva n.º 501626140, com sede na Rua João Sabino de Almeida Fernandes, 14,16,18, 2130 Benavente, representada por Nuno Martins, presidente da Direção, na qualidade de instituição parceira, adiante designada por “Entidade Parceira”

A **Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Benavente**, Pessoa Coletiva n.º 507237617, com sede na EB 2,3 Duarte Lopes, representada por Georgina Rodrigues, presidente da Direção;

Celebram o seguinte acordo de colaboração, que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA** **(Objetivo)**

O Presente Acordo de Colaboração visa a implementação da Componente de Apoio à Família para os alunos do 1.º ciclo no Centro Escolar de Benavente, destinando-se a servir prioritariamente as crianças que frequentam as atividades de enriquecimento curricular e, cujo agregado familiar, devido a compromissos profissionais ou outros, não tenha possibilidade de acompanhar os seus educandos, no período de início e de termo da atividade letiva ou de enriquecimento curricular.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA** **(Objeto)**

O presente Acordo de Colaboração define os termos e as condições em que se vai desenvolver a presente parceria.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA** **(Âmbito da parceria)**

O Município de Benavente, o Agrupamento de Escolas de Benavente, a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Jardins e Escolas de Benavente e a Academia de Música de Benavente, Sociedade Filarmónica Benaventense, irão trabalhar em parceria garantindo a concretização da Componente de Apoio à Família para os alunos do 1.º ciclo no Centro Escolar de Benavente.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**(Regime aplicável)**

O presente Acordo de Colaboração é feito ao abrigo do Despacho n.º 8683/2011, 28 de junho.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**(Obrigações da Câmara Municipal de Benavente)**

No âmbito do presente Acordo de Colaboração a Câmara Municipal de Benavente compromete-se a:

1. Colaborar com os parceiros na coordenação do projeto;
2. Garantir a cedência do espaço em articulação com o Agrupamento de Escolas de Benavente;
3. Suportar os encargos relativos à comparticipação mensal das crianças que já se encontrem posicionadas nos escalões A e B da Segurança Social.

**CLÁUSULA SEXTA**  
**(Obrigações do Agrupamento de Escolas de Benavente)**

No âmbito do presente Acordo de Colaboração o Agrupamento de Escolas de Benavente compromete-se a:

1. Colaborar com os parceiros na coordenação do Projeto;
2. Garantir que a componente de apoio à família decorra numa das salas do Centro Escolar de Benavente que se encontra afeta às atividades de enriquecimento curricular;
3. Assegurar o enquadramento do projeto do ponto de vista pedagógico, nomeadamente através de parecer sobre as planificações propostas;
4. Acionar o Seguro Escolar caso ocorra algum acidente que seja considerado no âmbito das normas do seguro escolar.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**(Obrigações da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Benavente)**

No âmbito do presente Acordo de Colaboração a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Benavente, compromete-se a:

1. Colaborar com os parceiros na coordenação do Projeto;
2. Garantir o cumprimento do presente acordo junto dos pais e encarregados de educação;
3. Garantir a gestão do projeto, nomeadamente:
  - a. Assegurar os processos relativos á inscrição mantendo as respetivas fichas de inscrição atualizadas;
  - b. Dar conhecimento aos parceiros dos alunos inscritos e dos respetivos processos de inscrição;
  - c. Acompanhar o processo de pagamento dos encarregados de educação.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**(Obrigações da Sociedade Filarmónica de Benavente – Academia de Música de Benavente)**

No âmbito do presente Acordo de Colaboração a Sociedade Filarmónica de Benavente – Academia de Música de Benavente compromete-se a:

1. Elaborar com a periodicidade fixada a planificação da componente de apoio à família segundo critérios de natureza pedagógica;
2. Garantir a contratação de técnicos que assegurem a realização componente de apoio à família de acordo com a planificação definida;
3. Assegurar a conservação e limpeza das instalações e equipamentos, após o final das atividades;
4. Garantir a gestão do projeto no que respeita ao controlo do número de alunos que frequentam e no recebimento da participação dos encarregados de educação;
5. Garantir a aquisição do material necessário para a realização das atividades a desenvolver na componente de apoio à família.

#### **CLÁUSULA NONA**

##### **(Horário de Funcionamento e Acesso ao Centro Escolar de Benavente)**

1. A componente de apoio à família no Centro Escolar de Benavente funcionará no período da manhã das 7.30 às 10.30 horas e no período da tarde das 16.00 às 19.00 horas.
2. A componente de apoio à família poderá vir a ser implementada durante as interrupções letivas mediante acordo entre os parceiros.
3. O acesso ao Centro Escolar de Benavente nos períodos de abertura deverá ser garantido pela entidade parceira, Sociedade Filarmónica de Benavente, assim:
  - a) O Agrupamento de Escolas de Benavente compromete-se a entregar ao Presidente da Sociedade Filarmónica de Benavente as chaves de acesso ao Centro Escolar de Benavente necessárias ao normal funcionamento da componente de apoio à família;
  - b) A Sociedade Filarmónica de Benavente, na pessoa do seu Presidente, responsabiliza-se pelas chaves de acesso ao Centro Escolar de Benavente

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

##### **(N.º limite de crianças)**

A componente de apoio à família no Centro Escolar de Benavente terá um limite máximo de 25 crianças/turma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

##### **(Local de Funcionamento)**

A componente de apoio à família será desenvolvida no Centro Escolar de Benavente e, sempre que se justificar, no espaço exterior do estabelecimento de ensino.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

##### **(Planificação)**

As atividades a desenvolver com os alunos que frequentam a Componente de Apoio à Família deverão obedecer a uma planificação prévia respeitando princípios de natureza pedagógica.



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**  
**(Comprovativo da necessidade do serviço)**

1. As Famílias obrigam-se a demonstrar e justificar a necessidades dos serviços da Componente de Apoio à Família, constituindo fundamento:

- a) A inadequação do horário de funcionamento do estabelecimento de ensino às necessidades comprovadas dos horários profissionais dos pais/ encarregados de educação;
- b) A distância entre o local de trabalho dos pais/encarregados de educação e o estabelecimento de ensino;
- c) A inexistência de familiares disponíveis para o acolhimento da criança após o encerramento do estabelecimento de ensino;

2. As famílias obrigam-se a entregar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida pela respetiva entidade patronal com identificação do horário e local de trabalho;
- b) Declaração de compromisso assumindo a inexistência de familiares que possam garantir o acolhimento do aluno antes ou após a componente letiva.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**  
**(Comparticipação dos pais)**

Apenas poderão usufruir da Componente de Apoio à Família os pais ou encarregados de educação que assegurem mensalmente o pagamento da participação fixada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**  
**(Casos omissos)**

Os casos omissos no presente Acordo de Colaboração serão analisados e decididos pelos parceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**  
**(Vigência)**

O presente Acordo de Colaboração entra em vigor na data da sua assinatura, sendo válido até ao final do ano letivo 2012/2013, devendo proceder-se à avaliação da sua execução antes do termo da sua vigência.

**O presidente da Câmara Municipal de Benavente, António José Ganhão**  
**O presidente da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas de Benavente, Adelaide Carvalho**  
**O presidente da Direção da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Benavente, Georgina Rodrigues**  
**O presidente da Direção da Sociedade Filarmónica de Benavente, Nuno Martins**

À consideração superior.

Cristina Gonçalves, chefe DM CET

Benavente, 26 de outubro de 2012

**DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES:** O SENHOR PRESIDENTE explicitou que a presente proposta resulta do contacto que o senhor vereador Carlos Coutinho teve com a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Benavente e das diligências que vêm sendo efetuadas por essa Associação para que possam ser utilizadas as instalações escolares, com autorização do respetivo Agrupamento, para a componente de apoio à família no primeiro ciclo do ensino básico.

Observou que no decurso da manhã procurou fazer o enquadramento legal da pretensão, porque até ao presente a Câmara Municipal apenas cedeu instalações para a educação pré-escolar.

Disse ser verdade que a lei estabelece, no seu articulado, que a componente de apoio à família no primeiro ciclo do ensino básico se destina a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois das atividades curriculares e de enriquecimento, e/ou durante os períodos de interrupção das atividades letivas.

Contudo, a designada componente de apoio à família na educação pré-escolar, que compreende a alimentação e o prolongamento de horário, é paga pelo Ministério da Solidariedade Social, via Ministério da Educação, enquanto que no primeiro ciclo do ensino básico, têm que ser os pais a pagar na totalidade.

Afirmou que a Câmara Municipal não pode comportar as despesas relativas à componente de apoio à família dos alunos carenciados do primeiro ciclo, e propôs que a presente proposta de protocolo seja reformulada de forma a que não envolva quaisquer custos para a Autarquia.

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal.

## **05.03- Ação Cultural**

### **Ponto 28 - PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL – NOVEMBRO 2012**

#### **Informação D.M.C.E.T. n.º 096/2012, de 24 novembro**

A proposta de programação cultural apresentada para a rede de equipamentos culturais do município integra ações promovidas pelos setores de animação cultural, bibliotecas e museus e, paralelamente, ações da responsabilidade de outras entidades.

A programação regular de cinema que decorre nos dois auditórios municipais será igualmente garantida, embora não se encontre enunciada na presente proposta.

#### **01 de novembro**

A **Sociedade Filarmónica Benaventense** solicita a cedência da sala do Cineteatro de Benavente para o dia **01 de novembro de 2012**, com a finalidade de realizarem um Concerto Comemorativo dos 141 anos da Sociedade Filarmónica Benaventense. É ainda solicitado o apoio da Câmara Municipal através dos recursos técnicos e humanos do Cineteatro de Benavente para o acompanhamento do espetáculo.

#### **02 de novembro**

A **Dramax Produções** solicita a cedência da sala do Cineteatro de Benavente para o dia 02 de novembro de 2012, com a finalidade de realizarem uma peça de teatro intitulada “A Curva da Felicidade” com Victor Espadinha, Luís Aleluia, João de Carvalho e Luís Mascarenhas.

As condições apresentadas vão de acordo com a nova Tabela de Taxas e Licenças, sendo cobrado 50% do valor taxado para o aluguer do espaço em causa.

É ainda solicitado o apoio da Câmara Municipal através dos recursos técnicos e humanos do Cineteatro de Benavente para o acompanhamento do espetáculo.

### **03 de novembro**

O **Pé Grosso – Associação Recreativa e Cultural** solicita a cedência da sala do Centro Cultural de Samora Correia para o dia 03 de novembro de 2012, com a finalidade de realizarem a Gala Final do 2.º Concurso Regional de Karaoke. É ainda solicitado o apoio da Câmara Municipal através dos recursos técnicos e humanos do Centro Cultural de Samora Correia para o acompanhamento do espetáculo.

### **04 de novembro**

A **Sociedade Filarmónica Benaventense** solicita a cedência da sala do Cineteatro de Benavente para o dia 04 de novembro de 2012, com a finalidade de realizarem um Concerto com a Banda Sinfónica da P.S.P., integrado nas Comemorações dos 141 anos da Sociedade Filarmónica Benaventense. É ainda solicitado o apoio da Câmara Municipal através dos recursos técnicos e humanos do Cineteatro de Benavente para o acompanhamento do espetáculo.

### **10 de novembro**

A **Sociedade Filarmónica Benaventense** solicita a cedência da sala do Cineteatro de Benavente para o dia 10 de novembro de 2012, com a finalidade de realizarem um Concerto a favor dos Bombeiros Voluntários de Benavente, integrado nas Comemorações dos 141 anos da Sociedade Filarmónica Benaventense. É ainda solicitado o apoio da Câmara Municipal através dos recursos técnicos e humanos do Cineteatro de Benavente para o acompanhamento do espetáculo.

### **10 de novembro**

O **Grupo Etnográfico – Samora e o Passado** solicita a cedência da sala do Centro Cultural de Samora Correia para o dia 10 de novembro de 2012, com a finalidade de realizarem uma Gala de Variedades. É ainda solicitado o apoio da Câmara Municipal através dos recursos técnicos e humanos do Centro Cultural de Samora Correia para o acompanhamento do espetáculo.

### **25 de novembro**

O **Rancho Típico Saia Rodada de Benavente** solicita a cedência da sala do Cineteatro de Benavente para o dia 25 de novembro de 2012, com a finalidade de realizarem um espetáculo infantil de magia. É ainda solicitado o apoio da Câmara Municipal através dos recursos técnicos e humanos do Cineteatro de Benavente para o acompanhamento do espetáculo.

### **Curso Livre de Trapologia**

Atelier a realizar no Museu Municipal, em 4 sessões de 2 horas semanais, a iniciar em novembro.

“Prendas Criativas”, com a colaboração de Isabel Maria Rosa.

Limite de 10 inscrições

À consideração superior.

Cristina Gonçalves, chefe DM CET

Benavente, 24 de outubro de 2012

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da programação cultural para o mês de novembro, e deliberou por unanimidade ceder os espaços e prestar os apoios logísticos solicitados.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **06- Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude**

### **06.03- Intervenção Social e Saúde**

#### **Ponto 29 – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE REFEIÇÕES AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE**

**Informação Social n.º 175/12**

##### **PEDIDO FORMULADO:**

Cedência de uma refeição diária através da Santa Casa da Misericórdia de Benavente, até à implementação das Cantinas Sociais.

Face ao pedido, foi elaborado o **Relatório Familiar:**

##### **PARECER SOCIAL/PROPOSTA**

Face ao exposto e por não haver quaisquer rendimentos disponíveis, propomos a prorrogação de 1 refeição diária (jantar) por mais um (1) mês.

Submete-se à consideração de V. Exa. o Relatório Social.

Benavente, 19 de outubro de 2012

A técnica superior  
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa  
Maria do Carmo Francisco

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e aprovar a proposta de apoio à família, no fornecimento de uma refeição diária por mais um mês, e até que entre em funcionamento a cantina social da Santa Casa da Misericórdia de Benavente, devendo a família ser integrada no respetivo protocolo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

#### **Ponto 30 – PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE REFEIÇÕES AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM O CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL PADRE TOBIAS**

**Informação Social n.º 177/12**

##### **Ponto de Situação:**

Em sequência da deliberação exarada pelo Executivo Camarário, realizada dia 27 de agosto de 12, foi deliberado ceder as refeições pelo período de um mês. O prazo,

entretanto expirou, pelo que se propõe a prorrogação da cedência de duas refeições diárias por mais um mês.

Submete-se à consideração de V. Exa. o pedido.

Benavente, 18 de outubro de 1012

A técnica superior, Maria Carmo Francisco

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e aprovar a proposta de apoio à família, no fornecimento de duas refeições diárias por mais um mês, e até que entre em funcionamento a cantina social do Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias, devendo a família ser integrada no respetivo protocolo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE REFEIÇÕES AO ABRIGO DO PROTOCOLO CELEBRADO COM SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes, por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 25 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

### **Ponto Extra 8 - PRORROGAÇÃO DE CEDÊNCIA DE REFEIÇÕES AO ABRIGO DO PROTOCOLO CELEBRADO COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE**

#### **Informação Social n.º 176/2012**

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

## **PEDIDO FORMULADO:**

Face ao pedido, foi elaborado o **Relatório Familiar**:

## **PARECER SOCIAL/PROPOSTA**

Face ao exposto e não havendo alteração na situação socioeconómica, propõe-se a continuação do fornecimento de **uma refeição diária**, ao abrigo do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente, por mais um mês.

Submete-se à consideração de V. Exa. o Relatório.

Benavente, 19 de outubro de 12

A técnica superior, Maria do Carmo Francisco

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e aprovar a proposta de apoio à família, no fornecimento de uma refeição diária por mais um mês, e até que entre em funcionamento a cantina social da Santa Casa da Misericórdia de Benavente, devendo a família ser integrada no respetivo protocolo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes, por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 29 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

## **Ponto Extra 9 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO**

**Informação social n.º 179/2012**

### **PONTO DE SITUAÇÃO:**

A encarregada de educação do aluno, com proc.º EDUCA n.º 14822, veio ao atendimento solicitar a revisão de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma vez que ambos os progenitores se encontram desempregados, sem subsídio de desemprego.

Em termos de abono de família, o aluno tem escalão 3.

Face a essa situação a encarregada de educação do aluno vem solicitar a atribuição de escalão A.

**ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Centro Escolar de Samora Correia, 3.º Ano de Escolaridade**

### **PARECER SOCIAL/PROPOSTA**

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), o aluno deverá passar para o escalão A dos Auxílios Económicos, uma vez que o agregado familiar está em ausência total de rendimentos.

Assim, **propomos a integração do aluno no escalão A.**

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 24 de outubro de 2012

A técnica superior, Vera Silva

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir o escalão A ao aluno nela referenciado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes, por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 25 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

## **Ponto Extra 10 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO**

### **Informação Social n.º 180/2012**

#### **PONTO DE SITUAÇÃO:**

De acordo com o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 14366-A/2010, de 14 de setembro e Despacho n.º 12284/2011, de 19 setembro, foi indeferido o processo EDUCA 16056, do Centro Escolar de Samora Correia, por não ter direito a escalão do **Abono de Família**.

Face a esse facto, a encarregada de educação vem solicitar a atribuição de escalão A, para que o aluno possa beneficiar das refeições, livros e material escolar.

**ESTABELECIMENTO DE ENSINO:** Centro Escolar Samora Correia, 1.º Ciclo – 2.º ano

#### **PARECER SOCIAL/PROPOSTA**

Face ao exposto e ao valor do rendimento de referência, o aluno deveria ser integrado no **escalão A**, com base no art. 9.º do Despacho n.º 18987/2009, publicado a 17 de agosto, na 2.ª Série do DR e complementada com o art. 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, aos alunos oriundos de agregados familiares que se encontrem em Portugal em situação de ilegalidade, matriculados condicionalmente, desde que através dos recibos de vencimentos, comprovem que se encontram nas condições de ser integrados nos escalões 1 ou 2 do abono de família.

Pelo que, atendendo aos rendimentos apresentados, propõe-se a atribuição de **escalão A**.

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 24 de outubro de 2012

A técnica superior, Vera Silva

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico



**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir o escalão A ao aluno nela referenciado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

## **INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA**

### **AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO**

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A., estabelecem uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes, por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 25 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

## **Ponto Extra 11 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO**

### **Informação Social n.º 183/2012**

#### **PONTO DE SITUAÇÃO:**

A encarregada de educação do aluno veio ao atendimento solicitar a atribuição de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, por o seu filho não ter escalão atribuído e a mesma estar desempregada neste momento.

Face a essa situação, a encarregada de educação do aluno vem solicitar a atribuição de escalão A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: EB1 da Barrosa – 1.º ano

### **PARECER SOCIAL/PROPOSTA**

Face ao exposto e ao valor do rendimento de referência, o aluno deveria ser integrado no **escalão B**, com base no art. 9.º do Despacho n.º 18987/2009, publicado a 17 de agosto, na 2.ª Série do DR e complementada com o art. 9.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, aos alunos oriundos de agregados familiares que se encontrem em Portugal em situação de ilegalidade, matriculados condicionalmente, desde que através dos recibos de vencimentos, comprovem que se encontram nas condições de ser integrados nos escalões 1 ou 2 do abono de família. Pelo que, atendendo aos rendimentos apresentados, propõe-se a atribuição de **escalão A**.

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 26 de outubro de 2012

A técnica superior  
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa  
Maria do Carmo Francisco

**DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir o escalão A ao aluno nela referenciado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

### **Ponto 31 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA**

O **SENHOR PRESIDENTE** prestou a seguinte informação:

#### **1- REFORMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA / ENCERRAMENTO DOS TRIBUNAIS**

Informou que com base no documento elaborado e aprovado por unanimidade na última sessão da Assembleia Municipal relativamente à reforma da organização judiciária, e acrescentando mais alguns dados estatísticos, fará chegar à senhora ministra da Justiça um texto que reflita a posição da Câmara Municipal relativamente àquela reforma.

A **senhora vereadora Ana Casquinha** sugeriu que o senhor presidente fizesse chegar esse mesmo texto à Procuradoria-Geral da República e ao Conselho Superior da Magistratura.

### **Ponto 26 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA**

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- Pedido de autorização para realização de exposição de aves ornamentais no Centro Social do Porto Alto;
- Empreitada de: “Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia” - Minuta do contrato;
- Declaração de atualização Microsoft Enterprise Agreement;
- 6.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012;

- Prestação de Serviços - Contrato de ligação das centrais de incendio/intrusão, em vários edifícios do Município – firma Segurança 24, Lda.;
- Exercício do direito legal de preferência conferido ao Município de Benavente no âmbito do n.º 3 do artigo 20 do Decreto-Lei n.º 794/76, de 05/11, sobre o direito de preferência em 1.º grau que goza na alienação do direito de utilização do terreno, constituído através de direito de superfície;
- Empreitada de: “Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia” - Prorrogação do prazo para apresentação de documentos;
- Licença Administrativa / Ampliação e alteração / Moradia unifamiliar;
- Licença Administrativa / Obras de Urbanização;
- Alteração ao alvará n.º 8/98 / Emissão de aditamento ao alvará;
- Alteração ao alvará de loteamento n.º 2/2007 (que substituiu o alvará n.º 10/2000) / Junção de documentos;
- Pedido de regularização da exploração de pedreira;
- Proposta de programação cultural – novembro 2012;
- Pedido de prorrogação de refeições ao abrigo do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente;
- Prorrogação de cedência de refeições ao abrigo do Protocolo com o Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias;
- Auxílios Económicos / Reclamações.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas e dezasseis minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



# **Município de Benavente**

## **ANEXO**

- **VI Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012** (8 páginas)

**Reunião da Câmara Municipal de 29 de outubro de 2012**

# **6.ª Alteração ao Orçamento**

**da RECEITA e da DESPESA  
para o ano financeiro de**



**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal .. Reunião de 29/10/2012



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 6

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
<b>02</b>	<b>Câmara Municipal e Serviços Municipais</b>					
02 01	Despesas com o pessoal					
02 0101	Remunerações certas e permanentes					
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	181.443,00		5.000,00	176.443,00	
02 010113	Subsidio de refeição					
02 01011302	Pessoal em qualquer outra situação	44.114,00		1.950,00	42.164,00	
02 0103	Segurança social					
02 010305	Contribuições para a segurança social					
02 01030502	Segurança social dos funcionários públicos					
02 0103050202	Regime Geral	203.925,00		10.000,00	193.925,00	
02 02	Aquisição de bens e serviços					
02 0201	Aquisição de bens					
02 020101	Matérias-primas e subsidiárias	25.000,00		5.000,00	20.000,00	
02 020104	Limpeza e higiene	40.000,00		5.000,00	35.000,00	
02 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	122.500,00		7.000,00	115.500,00	
02 020107	Vestuário e artigos pessoais	18.000,00		5.000,00	13.000,00	
02 020108	Material de escritório	50.000,00		19.000,00	31.000,00	
02 020114	Outro material-Peças	60.000,00		20.000,00	40.000,00	
02 020115	Prémios, condecorações e ofertas	15.000,00		4.000,00	11.000,00	
02 020121	Outros bens	221.550,00		21.700,00	199.850,00	
02 0202	Aquisição de serviços					
02 020201	Encargos das instalações	720.000,00	70.000,00		790.000,00	
02 020203	Conservação de bens	499.082,00		40.400,00	458.682,00	
02 020204	Locação de edifícios	189.450,00		2.500,00	186.950,00	
02 020208	Locação de outros bens	11.500,00	13.800,00		25.300,00	
02 020210	Transportes					
02 02021001	Transportes escolares	251.400,00	40.000,00		291.400,00	
02 020218	Vigilância e segurança	15.000,00		6.000,00	9.000,00	
02 020220	Outros trabalhos especializados	56.500,00	4.900,00		61.400,00	
02 020224	Encargos de cobrança de receitas	122.525,00	20.000,00		142.525,00	
02 020225	Outros serviços					
02 02022501	Encargos com iluminação pública	510.570,00	40.000,00		550.570,00	
02 02022502	Mão-de-Obra alheia	5.000,00	750,00		5.750,00	
02 02022503	Diversos	208.900,00		950,00	207.950,00	



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 6

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 02022504	Encargos com aterro sanitário	540.000,00	30.000,00		570.000,00	
02 02022505	Aquisição de Serviços de Cultura e de Recreio	36.700,00		8.000,00	28.700,00	
02 04	Transferências correntes					
02 0405	Administração local					
02 040501	Continente					
02 04050102	Freguesias	43.500,00	1.150,00		44.650,00	
02 0407	Instituições sem fins lucrativos					
02 040701	Instituições sem fins lucrativos	1.190.144,00		38.700,00	1.151.444,00	
02 06	Outras despesas correntes					
02 0602	Diversas					
02 060203	Outras					
02 06020302	IVA pago	20.000,00		10.000,00	10.000,00	
Despesas Correntes:		5.401.803,00	220.600,00	210.200,00	5.412.203,00	
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070101	Terrenos	34.850,00	7.200,00		42.050,00	
02 070102	Habitacões					
02 07010202	Aquisição	10.000,00		9.550,00	450,00	
02 070103	Edifícios					
02 07010305	Escolas					
02 0701030502	Reparação e beneficiação	132.977,00		4.000,00	128.977,00	
02 070104	Construções diversas					
02 07010409	Sinalização e trânsito	24.500,00		5.000,00	19.500,00	
02 08	Transferências de capital					
02 0805	Administração local					
02 080501	Continente					
02 08050101	Municípios	24.000,00	15.500,00		39.500,00	
02 0807	Instituições sem fins lucrativos					



## Município de Benavente

### Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Alteração Nº 6

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02 080701	Instituições sem fins lucrativos	439.355,00		14.550,00	424.805,00	
	Despesas de Capital:	665.682,00	22.700,00	33.100,00	655.282,00	
	Total do Orgão 02:	6.067.485,00	243.300,00	243.300,00	6.067.485,00	
	Total de despesas correntes:	5.401.803,00	220.600,00	210.200,00	5.412.203,00	
	Total de despesas de capital:	665.682,00	22.700,00	33.100,00	655.282,00	
	Total de outras despesas:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais:	6.067.485,00	243.300,00	243.300,00	6.067.485,00	

#### ORGÃO EXECUTIVO

Em ..... de ..... de .....

.....

#### ORGÃO DELIBERATIVO

Em ..... de ..... de .....

.....





# **6.<sup>a</sup> Alteração às GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

**para o ano financeiro de**

# **2012**

**APROVAÇÃO**

Câmara Municipal ... Reunião de 29/10/2012

**MODIFICAÇÕES  
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)****Ano de 2012****Alteração Nº 6**

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas							Anos Seguintes						
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida										
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes				
01						EDUCAÇÃO						1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	15.300,00		1.854.017,00	0,00	1.854.017,00						
01	002					Ensino básico						1.700.837,00	0,00	1.700.837,00	15.300,00		1.716.137,00	0,00	1.716.137,00						
01	002	20065037				Actividades de Enriquecimento Curricular	02	040701	04	01/06	12/12	268.465,00	0,00	268.465,00	300,00		268.765,00	0,00	268.765,00						
01	002	2010	31			Arranjos exteriores escolas primárias						19.634,00	0,00	19.634,00	-4.000,00		15.634,00	0,00	15.634,00						
01	002	2010	31	5		Escola Primária - Vila das Areias	02	0701030502	03	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-2.000,00		3.000,00	0,00	3.000,00						
01	002	2010	31	6		Escola Primária nº 2 - Porto Alto	02	0701030502	03	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-2.000,00		3.000,00	0,00	3.000,00						
01	002	20125004				Acção Social Escolar						619.590,00	0,00	619.590,00	19.000,00		638.590,00	0,00	638.590,00						
01	002	20125004	4			Transporte escolar gratuito e 50% passe escolar dos alunos do ensino secundário	02	02021001	04	01/12	12/12	251.400,00	0,00	251.400,00	40.000,00		291.400,00	0,00	291.400,00						
01	002	20125004	5			Sub. Alimentar alunos - Foros da Charneca	02	040701	04	01/12	12/12	19.500,00	0,00	19.500,00	-6.000,00		13.500,00	0,00	13.500,00						
01	002	20125004	6			Sub. Alimentar alunos - Foros de Almada	02	040701	04	01/12	12/12	19.500,00	0,00	19.500,00	-8.000,00		11.500,00	0,00	11.500,00						
01	002	20125004	7			Aquisição de bens para confecção de refeições a fornecer nas cantinas escolares	02	020106	04	01/12	12/12	110.000,00	0,00	110.000,00	-7.000,00		103.000,00	0,00	103.000,00						
02						PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA						410.802,00	0,00	410.802,00	-14.600,00		396.202,00	0,00	396.202,00						
02	001					Cultura						410.802,00	0,00	410.802,00	-14.600,00		396.202,00	0,00	396.202,00						
02	001	20125012				Apoio investimentos festas tradicionais e religiosas	02	080701	04	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-4.950,00		50,00	0,00	50,00						
02	001	20125014				Cine-Teatro de Benavente						11.500,00	0,00	11.500,00	-3.000,00		8.500,00	0,00	8.500,00						
02	001	20125014	1			Cinema	02	02022505	04	01/12	12/12	9.500,00	0,00	9.500,00	-2.000,00		7.500,00	0,00	7.500,00						
02	001	20125014	2			Actividades Culturais	02	02022505	04	01/12	12/12	2.000,00	0,00	2.000,00	-1.000,00		1.000,00	0,00	1.000,00						
02	001	20125015				Centro Cultural Samora Correia						11.000,00	0,00	11.000,00	-3.500,00		7.500,00	0,00	7.500,00						
02	001	20125015	1			Cinema	02	02022505	04	01/12	12/12	9.000,00	0,00	9.000,00	-2.000,00		7.000,00	0,00	7.000,00						
02	001	20125015	2			Actividades Culturais	02	02022505	04	01/12	12/12	2.000,00	0,00	2.000,00	-1.500,00		500,00	0,00	500,00						
02	001	20125016				Iniciativas Culturais						16.600,00	0,00	16.600,00	-1.500,00		15.100,00	0,00	15.100,00						
02	001	20125016	1			Comemoração aniversário 25 Abril	02	02022505	04	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-1.500,00		3.500,00	0,00	3.500,00						
02	001	20125018				Reparação/conservação equipamentos culturais						6.500,00	0,00	6.500,00	300,00		6.800,00	0,00	6.800,00						
02	001	20125018	1			Aquisição bens	02	020121	03	01/12	12/12	3.500,00	0,00	3.500,00	300,00		3.800,00	0,00	3.800,00						
02	001	20125019				Feira Anual de Benavente						2.900,00	0,00	2.900,00	-1.950,00		950,00	0,00	950,00						
02	001	20125019	1			Locação bens	02	020208	04	01/12	12/12	1.500,00	0,00	1.500,00	-1.000,00		500,00	0,00	500,00						
02	001	20125019	2			Eventos culturais	02	02022503	04	01/12	12/12	1.400,00	0,00	1.400,00	-950,00		450,00	0,00	450,00						
03						TEMPOS LIVRES E DESPORTO						555.943,00	0,00	555.943,00	-3.450,00		552.493,00	0,00	552.493,00						
03	001					Desporto, recreio e lazer						555.943,00	0,00	555.943,00	-3.450,00		552.493,00	0,00	552.493,00						
03	001	20125021				Melhoria das instalações desportivas e recreativas das Colectividades e Associações	02	080701	04	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-4.950,00		50,00	0,00	50,00						
03	001	20125023				Reparação/Conservação de equipamentos Desportivos e Piscinas Municipais						17.500,00	0,00	17.500,00	1.500,00		19.000,00	0,00	19.000,00						
03	001	20125023	1			Aquisição bens	02	020121	03	01/12	12/12	7.500,00	0,00	7.500,00	1.500,00		9.000,00	0,00	9.000,00						
04						ACÇÃO SOCIAL						448.245,00	0,00	448.245,00	-34.950,00		413.295,00	0,00	413.295,00						
04	001					Solidariedade Social						448.245,00	0,00	448.245,00	-34.950,00		413.295,00	0,00	413.295,00						
04	001	20125024				Apoio a creches, jardins de infância, centros de dia e lares de Idosos						289.989,00	0,00	289.989,00	-30.000,00		259.989,00	0,00	259.989,00						



## Município de Benavente

# MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012

Alteração Nº 6

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp. ac.	Datas (Mês/Ano)		Despesas						Anos Seguintes					
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Ano Corrente - 2012		Dotação Corrigida			2013	2014	2015	2016 e seguintes		
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total						
04	001	2012	5024	10		Apoio à Misericórdia Benavente, ao Centro Padre Tobias e ao CEBESSE nas refeições a famílias carênciadas	02	040701	02	01/12	12/12	50.000,00	0,00	50.000,00	-30.000,00		20.000,00	0,00	20.000,00				
04	001	2012	5028			Apoio a pequenas obras const./ rep inst inst. priv solid. Social e na aquisição de equipamento	02	080701	02	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-4.950,00		50,00	0,00	50,00				
05						SAÚDE						24.000,00	0,00	24.000,00	15.500,00		39.500,00	0,00	39.500,00				
05	002					Acessos Novo Hospital Vila Franca de Xira						24.000,00	0,00	24.000,00	15.500,00		39.500,00	0,00	39.500,00				
05	002	2012	5051			Acordo de Colaboração - Acessos e Obras Complementares ao Novo Hospital de Vila Franca de Xira	02	08050101	01	05/12	12/14	24.000,00	0,00	24.000,00	15.500,00		39.500,00	0,00	39.500,00				
06						HABITAÇÃO, ORDENAMENTO TERRITORIO E URB.						248.745,00	0,00	248.745,00	-1.350,00		247.395,00	0,00	247.395,00				
06	001					Habitação						125.600,00	0,00	125.600,00	-1.350,00		124.250,00	0,00	124.250,00				
06	001	2006	5032			Locação de habitações - Prohabita	02	020204	04	01/06	12/18	97.600,00	0,00	97.600,00	-2.500,00		95.100,00	0,00	95.100,00				
06	001	2012	3			Aquisição de Habitações	02	07010202	02	01/12	12/12	10.000,00	0,00	10.000,00	-9.550,00		450,00	0,00	450,00				
06	001	2012	4			Aquisição de terrenos	02	070101	02	01/12	12/12	2.500,00	0,00	2.500,00	7.200,00		9.700,00	0,00	9.700,00				
06	001	2012	5029			Rep./ benef. Habit. do Município - reg. arrendamento						10.500,00	0,00	10.500,00	3.500,00		14.000,00	0,00	14.000,00				
06	001	2012	5029	2		Conservação	02	020203	03	01/12	12/12	3.000,00	0,00	3.000,00	3.500,00		6.500,00	0,00	6.500,00				
09						AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO						1.142.564,00	84.480,00	1.227.044,00	23.000,00		1.165.564,00	84.480,00	1.250.044,00				
09	001					Saneamento						42.064,00	34.480,00	76.544,00	-7.000,00		35.064,00	34.480,00	69.544,00				
09	001	2012	5047			Conservação da rede geral - Águas Pluviais						22.500,00	0,00	22.500,00	-7.000,00		15.500,00	0,00	15.500,00				
09	001	2012	5047	1		Conservação	02	020203	03	01/12	12/12	15.000,00	0,00	15.000,00	-5.000,00		10.000,00	0,00	10.000,00				
09	001	2012	5047	2		Aquisição de bens	02	020121	03	01/12	12/12	7.500,00	0,00	7.500,00	-2.000,00		5.500,00	0,00	5.500,00				
09	003					Resíduos sólidos						1.100.500,00	50.000,00	1.150.500,00	30.000,00		1.130.500,00	50.000,00	1.180.500,00				
09	003	2010	5037			Serviços de higiene urbana						994.300,00	0,00	994.300,00	30.000,00		1.024.300,00	0,00	1.024.300,00				
09	003	2010	5037	2		Encargos com aterro sanitário - RESIURB	02	02022504	02	01/10	12/12	540.000,00	0,00	540.000,00	30.000,00		570.000,00	0,00	570.000,00				
11						EQUIPAMENTO RURAL E URBANO						1.306.482,00	150.000,00	1.456.482,00	-26.400,00		1.280.082,00	150.000,00	1.430.082,00				
11	001					Espaços verdes						1.043.458,00	150.000,00	1.193.458,00	-22.000,00		1.021.458,00	150.000,00	1.171.458,00				
11	001	2010	5038			Manutenção e conservação de jardins e zonas verdes						282.500,00	0,00	282.500,00	-19.000,00		263.500,00	0,00	263.500,00				
11	001	2010	5038	1		Conservação de zonas verdes	02	020203	02	01/10	12/12	15.000,00	0,00	15.000,00	-4.000,00		11.000,00	0,00	11.000,00				
11	001	2010	5038	2		Aquisição bens	02	020121	02	01/10	12/12	20.000,00	0,00	20.000,00	-15.000,00		5.000,00	0,00	5.000,00				
11	001	2012	5048			Arborização de logradouros, ruas e praças e aquisição de flores e plantas ornamentais	02	020121	03	01/12	12/12	7.500,00	0,00	7.500,00	-3.000,00		4.500,00	0,00	4.500,00				
11	002					Instalações dos serviços						104.925,00	0,00	104.925,00	-4.400,00		100.525,00	0,00	100.525,00				
11	002	2012	5039			Reparação e Conservação instalações dos estaleiros municipais						5.000,00	0,00	5.000,00	-4.400,00		600,00	0,00	600,00				
11	002	2012	5039	1		Conservação	02	020203	03	01/12	12/12	2.500,00	0,00	2.500,00	-2.400,00		100,00	0,00	100,00				
11	002	2012	5039	2		Aquisição bens	02	020121	02	01/12	12/12	2.500,00	0,00	2.500,00	-2.000,00		500,00	0,00	500,00				
12						COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES						837.393,26	368.519,00	1.205.912,26	-44.000,00		793.393,26	368.519,00	1.161.912,26				



## Município de Benavente

# MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012

Alteração Nº 6

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas									Anos Seguintes			
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida			2013	2014	2015	2016 e seguintes			
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total							
12	001					Ruas e arruamentos						690.312,00	323.519,00	1.013.831,00	-39.000,00		651.312,00	323.519,00	974.831,00					
12	001	2012	5042			Reparação / Conservação de calçadas e passeios nas zonas urbanas						30.550,00	41.050,00	71.600,00	-10.000,00		20.550,00	41.050,00	61.600,00					
12	001	2012	5042	1		Conservação	02	020203	03	01/12	12/12	17.500,00	27.500,00	45.000,00	-5.000,00		12.500,00	27.500,00	40.000,00					
12	001	2012	5042	2		Aquisição bens	02	020121	02	01/12	12/12	13.050,00	13.550,00	26.600,00	-5.000,00		8.050,00	13.550,00	21.600,00					
12	001	2012	5043			Conservação/ Manutenção de arruamentos						45.000,00	0,00	45.000,00	-20.000,00		25.000,00	0,00	25.000,00					
12	001	2012	5043	1		Conservação	02	020203	03	01/12	12/12	25.000,00	0,00	25.000,00	-20.000,00		5.000,00	0,00	5.000,00					
12	001	2012	5044			Limpeza de valetas e morda química	02	020203	03	01/12	12/12	24.932,00	5.068,00	30.000,00	-9.000,00		15.932,00	5.068,00	21.000,00					
12	002					Rede Viária e sinalização						147.081,26	45.000,00	192.081,26	-5.000,00		142.081,26	45.000,00	187.081,26					
12	002	2012	9			Sinalização e trânsito						24.500,00	25.000,00	49.500,00	-5.000,00		19.500,00	25.000,00	44.500,00					
12	002	2012	9	1		Sinalização Vertical	02	07010409	03	01/12	12/12	5.000,00	5.000,00	10.000,00	2.500,00		7.500,00	5.000,00	12.500,00					
12	002	2012	9	3		Placas Toponimicas	02	07010409	03	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-3.000,00		2.000,00	0,00	2.000,00					
12	002	2012	9	4		Sinalização Luminosa	02	07010409	03	01/12	12/12	5.000,00	0,00	5.000,00	-4.500,00		500,00	0,00	500,00					
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP												1.627.847,00	51.118,00	1.678.965,00	-70.950,00	0,00	1.556.897,00	51.118,00	1.608.015,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

### ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

### ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_